

Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional

MÁRIO VALE

programa

Estudos para o Planeamento Regional e Urbano Nº 63
Centro de Estudos Geográficos

UNIVERSIDADE DE LISBOA

2005

Mário Adriano Ferreira do Vale

programa da disciplina

teorias e políticas de desenvolvimento regional

ESTUDOS PARA O PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

63

**CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

2005

FICHA TÉCNICA

Título: Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional

Autor: Mário Vale

Concepção da Capa: Patrícia Gouveia

Figura da Capa: Adaptada de EURODITE (2003)

Unidade de Investigação: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Edição e Distribuição: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Impressão: David Barreira

Tiragem: 150 Exemplares

ISBN: 972-636-153-2

Índice

| | |
|---|----|
| Nota Introdutória | 5 |
| Preâmbulo | 7 |
| 1. Considerações sobre a Disciplina | 11 |
| 2. Objectivos, Resultados Esperados e Estratégias de Aprendizagem | 17 |
| 3. Programa, Bibliografia e Fontes de Informação | 25 |
| 4. Desenvolvimento dos Conteúdos Programáticos | 41 |
| 5. Planificação das Aulas | 87 |
| 6. Avaliação | 91 |
| Referências Bibliográficas | 93 |

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta edição reproduz o relatório apresentado ao concurso de Professor Associado, 5º Grupo – Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004, incluindo “o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina” (art.º 44.º n.º 1 e 2 do Estatuto da Carreira Docente).

O texto que agora se publica segue quase na íntegra o relatório apresentado, registando-se apenas duas alterações – síntese do preâmbulo e inclusão de três figuras –, apesar de ter sido ponderada a hipótese de desenvolvimento de determinados conteúdos ou a introdução de novas questões, sobretudo nas secções do programa relacionadas com a política de desenvolvimento regional. Todavia, a opção pela fidelidade ao texto original deve-se a duas razões: em primeiro lugar, trata-se de um programa de introdução às questões do desenvolvimento regional, parecendo-nos que a inclusão de avanços teóricos muito recentes deve decorrer em sede de disciplinas/cursos mais avançados; em segundo, considera-se que as temáticas estão discutidas de modo sintético e desejavelmente coerente, estratégia que presidiu à elaboração deste relatório, pelo que o aprofundamento de determinados tópicos certamente resultaria num desequilíbrio do texto.

Com a edição de *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional* divulga-se um instrumento pedagógico de apoio ao ensino universitário, que porventura poderá estimular a discussão entre técnicos, políticos e académicos que se interessam por esta temática.

Lisboa, 8 de Julho de 2005

Mário Vale

PREÂMBULO

A preparação de um programa de uma disciplina é precedido de escolhas que assentam principalmente em raciocínios objectivos e práticos, subjacentes à natureza da actividade científica e pedagógica. Mas há sempre espaço para factores de outra ordem, mesmo quando o rigor é primordial, o que parece ser uma condição da natureza humana. E também no caso da elaboração de um programa de estudos da disciplina *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional*, para efeitos de concurso para uma das vagas de Professor Associado do Grupo de Geografia da Universidade de Lisboa, as razões objectivas combinam-se com outras mais contextuais.

Atendendo ao percurso científico que venho prosseguindo, poder-se-ia entender com facilidade a escolha de uma temática da Geografia Económica, como por exemplo a Geografia Industrial, disciplina que leccionei por duas vezes no regime de opção. A realização de dois trabalhos de maior dimensão neste domínio¹, a par de diversas publicações nesta área, poderia fazer prever uma preferência por esta matéria. Todavia, a decisão de elaborar um programa para a disciplina de *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional* reflecte as preocupações com o desenvolvimento dos territórios, que decorrem de “viagens” - no duplo sentido literal e figurado - experienciadas através de novas lentes. E, tal como a curiosidade geográfica me influenciou definitivamente desde as viagens de *Inter Rail*, também as causas do desenvolvimento e as políticas para o alcançar passaram a ocupar uma parte central do meu trabalho e reflexões em Geografia.

¹ Refiro-me às dissertações de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local e de Doutoramento em Geografia Humana, intituladas *Indústria Electrónica e Desequilíbrios Territoriais e Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização. Imbricação Espacial do Sistema AutoEuropa*, respectivamente.

A maior complexidade dos problemas de desenvolvimento regional levou-me a alargar o leque de autores e temáticas de leitura e tomar consciência do enorme desafio que constitui a elaboração de um programa nesta matéria. Mas também há algumas razões de ordem objectiva e prática que influenciaram esta escolha. Tratando-se de uma disciplina que venho leccionando durante os últimos três anos lectivos, no âmbito da Variante em Planeamento e Gestão do Território do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Letras, há naturalmente uma experiência acumulada que pode ser mobilizada para a elaboração de um programa com os requisitos adequados ao concurso em causa. Por outro lado, a participação em projectos recentes, como o *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território* e a *Avaliação Intercalar do III Quadro Comunitário de Apoio*, permitiram-me aprofundar conhecimentos empíricos sobre dinâmicas de transformação espacial e o papel das políticas públicas neste processo de mudança. Por último, uma razão de ordem prática: o desenvolvimento do programa desta disciplina, obrigatória na estrutura curricular da variante mencionada, permitirá uma melhor explicitação de objectivos e temáticas em análise para os estudantes, que são *a razão de ser* deste trabalho, sem ignorar, no entanto, a importância da avaliação do Júri deste concurso

Com quase dois decénios de actividade docente universitária, a convivência com mestres, colegas e estudantes influenciou o meu percurso académico. E este é o momento de expressar a minha gratidão a algumas pessoas que mais contribuíram, implícita e explicitamente, para o meu desempenho de docente universitário.

O Prof. Doutor Jorge Gaspar tem sido uma presença constante simultaneamente na actividade de investigação e de docência. Suponho ser suficiente dizer que, desde o meu ingresso na carreira docente, leccionei sob sua coordenação, em todos estes anos, à excepção dos seus períodos de sabática ou das minhas dispensa de serviço, a Geografia Humana I e depois Geografia Humana, para além de outras colaborações em Geografia Social e Cultural e em Identidades e Territórios. Noutros trabalhos de relevo para o meu percurso científico expressei o meu sentido agradecimento pelos seus ensinamentos e observações críticas, pelo que aqui me basta, creio, reiterar o meu apreço pelo seu papel na minha formação geográfica.

Quero deixar expresso uma palavra de reconhecimento e gratidão a todos aqueles que me ensinaram a pensar as questões da economia, do território e do

desenvolvimento regional e local: Profs Carminda Cavaco, Teresa Barata Salgueiro, João Ferrão, Lucinda Fonseca, Diogo Abreu, José Manuel Simões, Isabel André e Chris Jensen-Butler. Também endereço um agradecimento aos meus colegas da *Regional Studies Association*, em especial ao Andy Pike.

Não devo esquecer os meus colegas que partilham quotidianamente o Centro de Estudos Geográficos, com os quais tenho tido a oportunidade de aprender. A todos eles, muito obrigado pelo estímulo permanente para o meu trabalho.

Agradeço a todos os estudantes, e em particular aos da disciplina de *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional*, os contributos que me têm dado na sala de aula e nos “corredores” da Faculdade, esperando que este meu contributo vos possa ser útil na aprendizagem, afinal o fim último do programa de uma disciplina é o ensino.

Faltam-me as palavras, mas sobram-me os afectos para a Guida e os meus filhos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCIPLINA

As preocupações com o desenvolvimento regional são relativamente recentes, apesar do conceito de região ter sido discutido e operacionalizado desde há muito tempo pelos geógrafos. A disciplina da Ciência Regional nasce, no entanto, da convergência de diferentes ramos do saber, em resultado da necessidade de utilizar quadros analíticos e instrumentos metodológicos inovadores para resolver problemas que não encontravam uma resposta adequada por parte dos ramos científicos existentes. É, assim, uma disciplina de charneira das ciências económicas, da geografia, da antropologia e da sociologia, das ciências políticas e também do direito e do urbanismo (Benko, 1999).

Como em muitos outros casos, esta disciplina institucionaliza-se no pós-guerra com a criação de um programa de estudos na Universidade da Pensilvânia, sob direcção de Walter Isard, e conjuntamente através da formação da *Regional Science Association* em 1954, também em torno de um grupo polarizado por aquele autor. Na Europa, a oferta de programas académicos nesta área ocorreria somente alguns anos mais tarde.

O contexto histórico favorável ao desenvolvimento da Ciência Regional² traduz-se em três vertentes:

- a aceleração da urbanização e a formação de grandes áreas metropolitanas, a concentração espacial das actividades industriais e o aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias e informação colocaram novos desafios ao desenvolvimento e gestão do território (Claval, 1978);
- o conflito militar veio reorientar a política económica, que progressivamente assumiu um carácter mais intervencionista, fortemente influenciado pelos contributos de Keynes (Benko, 1999);

² Registaram-se, neste período, profundas mudanças nas perspectivas teóricas e metodológicas de diversos ramos científicos das ciências sociais, incluindo a própria Geografia, cujo movimento veio a ficar conhecido por *Nova Geografia* (termo fixado, segundo P. Claval, por P. Gould em 1968).

- os trabalhos precursores da economia espacial alemã, realizados por Von Thünen, Weber e Christaller forneceram as bases para novos desenvolvimentos teóricos durante a primeira a primeira metade do século XX, tendo-se destacado os contributos dos suecos Ohlin e Palander e dos norte-americanos Hoover e Hoyt, que foram sintetizados por Lösch.

As primeiras intervenções com objectivos de desenvolvimento regional e de ordenamento do território foram lançadas ainda antes do período da II Guerra Mundial – com destaque para a experiência da *Tennessee Valley Authority* –, mas ainda com um carácter pontual, pois a generalização das intervenções públicas orientadas por princípios de correcção de assimetrias regionais de desenvolvimento só vem a verificar-se no pós-guerra, podendo destacar-se, entre outros, a aplicação de programas de desenvolvimento regional em França (visando uma redução das disparidades entre Paris e as restantes regiões), Itália (*Mezzogiorno*), Brasil (Amazónia), Argentina (Patagónia), etc. (Simões Lopes, 1987).

À semelhança de alguns países europeus, a afirmação dos estudos sobre o desenvolvimento regional³ em Portugal surgiu alguns anos mais tarde e resultou da oferta de disciplinas específicas em licenciaturas sobretudo das área da Geografia e da Economia. Também do ponto de vista das políticas explícitas de desenvolvimento regional contemporâneas, a sua concepção e implementação vêm a acontecer unicamente em finais dos anos 1960, enquadradas pelo III Plano de Fomento (1968-1973)⁴. Todavia, é só nos anos 1980, coincidindo com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, que as políticas de desenvolvimento regional ganham maior protagonismo. Possivelmente em resposta a carências técnico-profissionais nesta área, verifica-se um aumento da oferta de programas e cursos de pós-graduação em diversos departamentos das ciências sociais, que incluem a problemática do desenvolvimento regional em articulação, mais ou menos acentuada, com o planeamento regional e urbano e o ordenamento do território. De igual modo, foi criada a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional em 1984, que se constitui como a secção nacional da *European Regional Science Association*, uma das três organizações supranacionais da original *Regional Science Association*.

³ Na acepção da teoria, análise e políticas de desenvolvimento regional, que não se deve confundir com a Geografia Regional, que desde muito cedo ocupou um lugar de destaque nas licenciaturas em Geografia.

⁴ Voltaremos a este assunto com mais detalhe no capítulo relativo ao desenvolvimento do programa.

No âmbito do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, as temáticas regionais desde sempre fizeram parte da própria essência da formação geográfica, tal como em muitos outros departamentos de universidades europeias, traduzindo a influência da Escola Regional Francesa, dada a conhecer ao mundo pelos trabalhos de Vidal de La Blache e os seus seguidores. Recuando até à década de 1980, verifica-se precisamente a existência da disciplina de Geografia Regional no curso de Licenciatura em Geografia, porém, só a partir de meados desta década é que podemos falar verdadeiramente da criação de disciplinas relacionadas com a problemática do desenvolvimento regional. Não obstante, o programa da disciplina de Geografia Regional continha alguns pontos sobre o tema do desenvolvimento regional, bem como dedicava uma parte significativa ao estudo de programas de desenvolvimento das regiões portuguesas, incluindo os casos, entre outros, dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional e o do Pólo de Crescimento de Sines.

Conquanto as preocupações regionais constituíssem um tema relevante em Geografia, é só a partir de meados dos anos 1980 que surgem alterações visíveis na estrutura curricular da Licenciatura, que vão no sentido de valorização da questão do desenvolvimento regional. Podem identificar-se os seguintes marcos:

- introdução da disciplina de Análise Regional e Urbana na estrutura curricular de uma nova variante em Geografia e Planeamento Regional e Local em 1984, leccionada no 3º ano do curso, que se mantém no presente plano de estudos;
- criação da disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional na variante de Geografia e Gestão do Território, no decurso da reestruturação curricular da Licenciatura em Geografia em 1998, coincidindo com a semestralização do ensino, sendo leccionada, desde então, no 2º semestre do 2º ano.

Estas duas disciplinas são centrais para o ensino da temática, articulando teoria, análise e políticas de desenvolvimento regional. Paralelamente, verifica-se o ensino de outras matérias muito relacionadas com o tema, mormente ao nível de disciplinas

específicas de planeamento, existindo a possibilidade de aplicação no seminário final do 4º ano na variante de Geografia e Gestão do Território.

Em comparação com outros programas de Licenciatura em Geografia em Portugal, verifica-se a presença das disciplinas relacionadas com o desenvolvimento regional, que são introduzidas a partir do 2º ano, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Disciplinas relacionadas com o desenvolvimento regional em cursos de Licenciatura em Geografia nas universidades portuguesas

| | 2º ano | | 3º ano | | 4º ano | |
|--------------------------|---|---|----------------------------------|-------------------------------|--|----|
| | S1 | S2 | S1 | S2 | S1 | S2 |
| FLUL ⁺ | | Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional | Análise Regional e Urbana | | | |
| FLUC [*] | | Geografia Regional | | | Geografia das Desigualdades no Desenvolvimento | |
| FLUP [*] | | Desenvolvimento e Ordenamento do Território | | Organização do Espaço Europeu | | |
| FCSH-UNL [#] | Princípios Economia Regional Planeamento Regional e Urbano | Economia Regional e Urbana | | | | |
| Univ. Minho [±] | | | Desenvolvimento Regional e Local | | | |
| Univ. Évora [°] | | Economia Regional | Desenvolvimento Regional | | | |

⁺ Licenciatura em Geografia, variante de Planeamento e Gestão do Território

^{*} Licenciatura em Ordenamento do Território e Desenvolvimento (Departamento de Geografia)

^{*} Licenciatura em Geografia, especialização em Ordenamento do Território (Departamento de Geografia)

[#] Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional (Departamento de Geografia)

[±] Licenciatura em Geografia e Planeamento, ramo de Desenvolvimento Urbano e Regional (Departamento de Geografia)

[°] Licenciatura em Geografia (Departamento de Geociências em colaboração com outros departamentos da instituição)

Fonte: Sites Internet das respectivas Universidades

Considerações sobre a Disciplina

Disciplinas relacionadas com o desenvolvimento regional em cursos de Licenciatura em Geografia em algumas universidades estrangeiras

| UNIVERSIDADE | DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS | DISCIPLINAS DE OPÇÃO |
|---|--|--|
| University of Oxford (RU) | Geographies of Inequality (2º/3º anos) | The Political Geography of European Integration (2º /3º anos) The Geography of Post-Communist Russia and East Central Europe (2º/3º anos) |
| University of Durham (RU) | | Spaces of Governance in the New Europe (2º/3º anos) Development in S.E. Asia (2º/3º anos) |
| University College of London (RU) | | Regional Development in a Global Context (2º ano) Political Geography of European Integration (2º ano) Services and Regional Development (3º ano) |
| University of Newcastle (RU) | Urban and Regional Development (1º ano) | Regional Development and Policy (2º ano) Territorial Politics (3º ano) |
| University of Wisconsin-Madison (EUA) | | Regional Development and Planning (level 300) Diversas disciplinas sobre problemas regionais no mundo (Europa de Leste, SE asiático, China, Médio Oriente, África do Sul, Caraíbas, América Latina,...) |
| University of California at Berkely (EUA) | | <i>Lower Division</i> Introduction to Development <i>Upper Division</i> Local and Regional Transformation History of Development/Underdevelopment Diversas disciplinas sobre problemas regionais no mundo (Europa de Leste, SE asiático, China, Médio Oriente, África do Sul, Caraíbas, América Latina,...) |
| University of California at Los Angeles (EUA) | | <i>Lower Division</i> World Regions <i>Upper Division</i> <u>Study in Geography Group: Urban and Regional Development Studies</u> Industrial Location and Regional Development Models of Regional Growth and Change |
| Université Paris 1- Panthéon-Sorbonne* (França) | Politiques d'Aménagement du Territoire en Europe (3º ano) Développement local : Analyses et Politiques (3º ano) Doc. Stratégiques d'Aménagement (3º ano) | |
| Universidad Complutense de Madrid (Espanha) | Ordenación del Territorio (tronco comum) | Procesos Económicos y Desarrollo |
| Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha) | Ordenación del territorio (3º ano) Geografía Regional (4º ano) | Geografía Regional: Grandes Ambitos Territoriales |

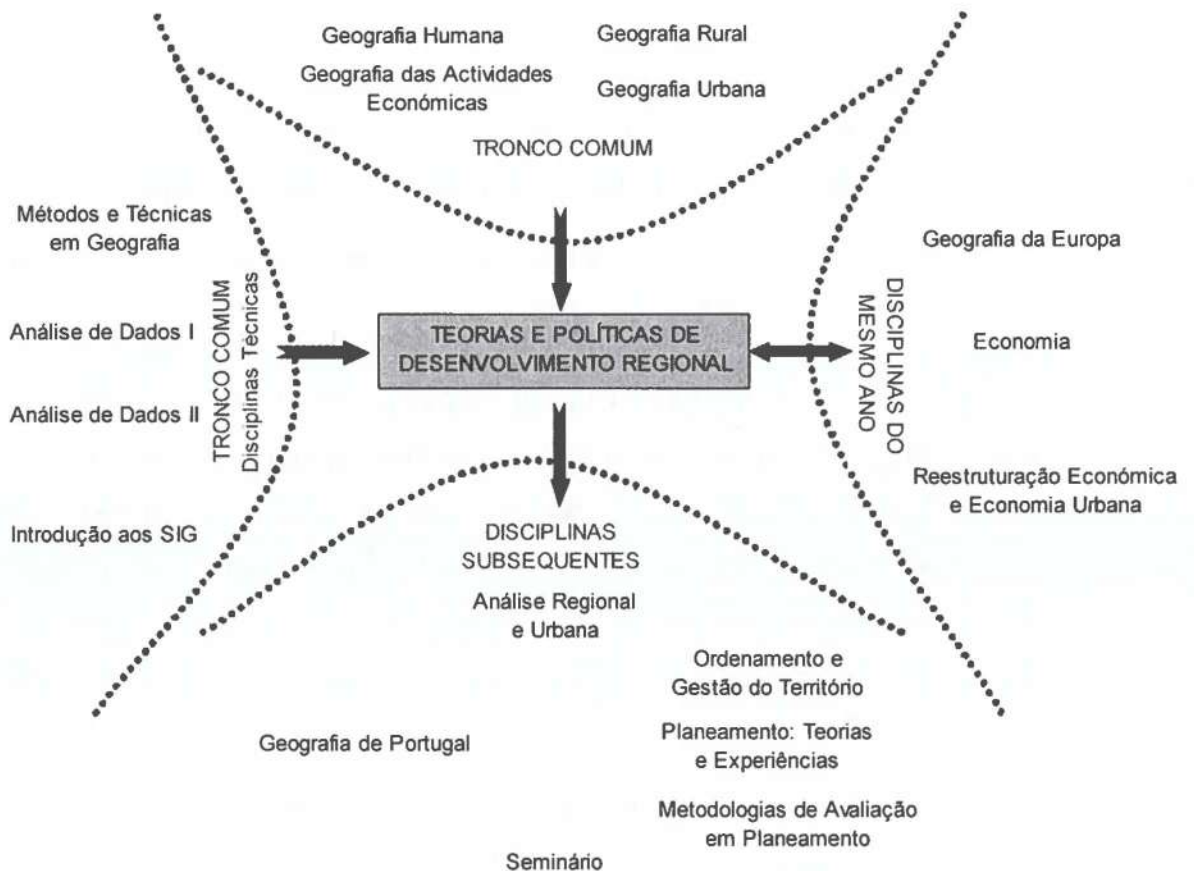
* - Curso de Geografia, variante de Ordenamento

Fonte: Sites Internet das respectivas Universidades

Numa perspectiva internacional, verifica-se que, em algumas das principais universidades europeias e norte-americanas, a temática do desenvolvimento regional é muito relevante, embora se identifiquem algumas diferenças assinaláveis entre as universidades norte-americanas e as outras, que resultam da oferta de programas mais flexíveis nas primeiras, cabendo ao estudante um papel mais activo na escolha da sua formação, pelo que as disciplinas desta área surgem na modalidade de opção. Não obstante, pode ler-se no quadro anterior que as disciplinas mais relacionadas com a problemática do desenvolvimento regional fazem parte da estrutura curricular das respectivas licenciaturas em Geografia, associando, de forma desigual, teoria, análise e política, observando-se ainda uma oferta significativa de disciplinas sobre macro-regiões (Europa de Leste, Médio Oriente, SE asiático, Caraíbas, América Latina, etc.).

OBJECTIVOS, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Como ponto de partida, deve referir-se que a disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional tem ligações com outras matérias leccionadas em Geografia. O esquema seguinte sintetiza as principais articulações entre esta disciplina no âmbito do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



Principais articulações de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional com outras disciplinas da licenciatura em Geografia

Considerando os propósitos das disciplinas identificadas no esquema anterior e as características de uma disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional, esta proposta de programa pretende alcançar um conjunto de objectivos principais, que se enunciam em seguida:

- Reflectir sobre o papel do conhecimento geográfico para a identificação e resolução de problemas regionais;
- Desenvolver a capacidade de compreensão das dinâmicas de desenvolvimento das regiões num quadro de progressiva internacionalização da economia;
- Aprofundar procedimentos metodológicos de análise das assimetrias territoriais de desenvolvimento;
- Aumentar o conhecimento sobre as teorias de desenvolvimento regional e os recentes avanços científicos nesta matéria;
- Compreender os objectivos e princípios da política de desenvolvimento regional;
- Discutir os principais instrumentos, programas e mecanismos de *governância* do desenvolvimento regional no contexto europeu;
- Entender a evolução das políticas de desenvolvimento regional em Portugal desde os anos 1960.

Estes objectivos principais têm uma correspondência directa com as grandes divisões do programa, que se enuncia no ponto seguinte, todavia, adiante-se que são, em geral, coincidentes com os de outros programas na área do desenvolvimento regional em outras universidades nacionais e internacionais, onde pontuam matérias orientadas acerca das dinâmicas de desenvolvimento regional, das assimetrias territoriais, das teorias de desenvolvimento regional e das questões relativas à intervenção pública e privada no processo de desenvolvimento.

Naturalmente, os objectivos específicos do programa são em maior número e mais diversificados, sendo mais adequado enunciá-los para cada ponto da matéria, pelo que serão devidamente enumerados e justificados no ponto relativo ao desenvolvimento do programa.

Os estudantes deverão atingir os seguintes resultados decorrentes da aprendizagem em Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional:

- Noção da complexidade do conceito de região e da problemática do desenvolvimento em contextos de internacionalização da economia;
- Entendimento dos contributos do conhecimento geográfico para as questões do desenvolvimento territorial;
- Aprofundamento das capacidades de análise e de interpretação da mudança da base económica regional nas vertentes do crescimento económico, produtividade, estrutura do produto e do emprego e desemprego;
- Capacidade para aplicar técnicas de análise de avaliação das assimetrias regionais;
- Noção das limitações das fontes de informação relevantes e de determinadas técnicas de análise utilizadas em estudos de desenvolvimento regional;
- Capacidade de discussão das principais perspectivas teóricas de desenvolvimento regional e dos seus limites;
- Conhecimento de teorias recentes e alternativas de desenvolvimento regional e do modo como podem ser utilizadas para explicar casos concretos;
- Conhecimento das políticas e práticas do desenvolvimento regional na União Europeia e em Portugal;
- Capacidade para discutir as orientações de política regional europeia e a sua aplicabilidade em diversos contextos territoriais;
- Aptidão para identificar argumentos teóricos subjacentes aos diversos instrumentos de política regional;
- Consciencialização da relevância dos mecanismos de *governância* a diferentes níveis espaciais e institucionais no processo de desenvolvimento regional;
- Conhecimento de diversas experiências nacionais e internacionais de iniciativas e boas práticas de desenvolvimento regional;

- Aquisição de elementos de base indispensáveis à avaliação de situações de políticas e programas de desenvolvimento regional.

Com esta disciplina pretende-se contribuir para as seguintes competências principais dos estudantes:

- Mobilizar conhecimentos teóricos para compreender e explicar problemas do desenvolvimento regional;
- Conhecer princípios e instrumentos de políticas públicas essenciais para participar em equipas de trabalho com o objectivo da intervenção através da realização de estudos de estratégia e planos de desenvolvimento regional.

Os objectivos e os resultados esperados da aprendizagem encontram-se alicerçados em estratégias pedagógicas específicas, que remetem para um determinado entendimento do papel do professor neste processo. Embora de forma redutora, podemos identificar dois tipos extremos de actuação: o professor que transmite os conteúdos programáticos na sala de aula, visando a aquisição de conhecimentos por parte dos estudantes; o professor que facilita os processos de aprendizagem, estando-lhe reservado um papel de orientação na formação de cada estudante. Na verdade, estes esteriótipos podem associar-se a diferentes perspectivas pedagógicas acerca do papel do professor, parecendo o primeiro mais próximo do ensino tradicional, enquanto o segundo remete para novas estratégias pedagógicas, em que cabe ao estudante um papel progressivamente mais activo na definição do seu próprio programa de conteúdos programáticos, evidentemente dentro de certos limites. Partilhando os argumentos favoráveis a uma estratégia mais próxima deste perfil, que beneficia a reflexão crítica e a autonomia na aprendizagem, a natureza de uma disciplina de cariz marcadamente teórico ao nível do 2º ano de licenciatura não permite, no entanto, uma adopção plena destes princípios, devido à complexidade das matérias e ao tempo disponível para as leccionar. Como tal, as aulas expositivas são uma parte indispensável do ensino, que serão complementadas por outras com maior abertura para a participação activa dos estudantes.

A divisão entre aulas teóricas e práticas não se coaduna com os conteúdos programáticos nem com os principais objectivos e resultados esperados da aprendizagem nesta disciplina, porque introduz sempre uma segmentação artificial que

origina descontinuidades no processo de aprendizagem. A modalidade teórico-prática das sessões evitará, por um lado, a separação formal e rígida entre a teoria, a análise de estudos de caso e o trabalho empírico e permitirá, por outro lado, uma maior flexibilidade na gestão da docência do programa, que está sempre sujeita às dinâmicas de interacção na sala de aula. É evidente que esta opção resulta do facto da experiência de anos anteriores evidenciar que a dimensão típica, no sentido estatístico, desta turma não ultrapassar os 40 alunos inscritos, ainda que tal número devesse ser reduzido para garantir maior acompanhamento do trabalho dos estudantes, especialmente no exterior da sala de aula.

Sublinhe-se que as sessões formais representam apenas uma parte do trabalho a desenvolver pelos estudantes na disciplina, cabendo-lhes a leitura de textos para discussão na sala de aula, bem como para consolidação das matérias leccionadas. Por outro lado, as actividades de aplicação de conhecimentos e técnicas devem ser preparadas pelos estudantes, em grupo ou individualmente, fora das sessões de aulas, aconselhando-se o recurso ao apoio docente previsto no horário de atendimento do docente.

Em seguida, sintetizam-se as principais estratégias de aprendizagem da disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional:

- Privilegia-se o espírito crítico e reflexivo dos estudantes, procurando criar-se um ambiente propício à discussão, sem prejuízo, naturalmente, do ensino de âmbito teórico, que se considera indispensável para informar o debate na sala de aula, especialmente numa disciplina de cariz marcadamente teórico e vocacionada para a preparação para a intervenção;
- Procurar-se-á apoiar os estudantes no desenvolvimento das suas capacidades assentes na autonomia do trabalho, mormente através da sugestão de pistas de investigação para a resolução de problemas de desenvolvimento das regiões;
- Em determinadas matérias, os estudantes serão estimulados a resolver problemas do desenvolvimento regional em casos específicos, apostando simultaneamente em estratégias de trabalho individual e em grupo;

- Para além da bibliografia obrigatória e recomendada, os alunos deverão elaborar o seu programa individual de leituras, a partir de um conjunto de referências complementares, procurando, deste modo, incentivar o aprofundamento de conhecimentos em determinados tópicos do programa;
- De acordo com a estratégia do ponto anterior e atendendo a que as possibilidades oferecidas pela existência de inúmeros recursos bibliográficos na Biblioteca da Faculdade de Letras e do Centro de Estudos Geográficos, bem como as vantagens oferecidas pela ligação via internet a diversos *sites* de informação estatística e bibliográfica, parece mais adequado não elaborar um caderno de textos, até porque é legítimo argumentar-se que a sua existência não facilita a preparação dos estudantes para a indispensável tarefa de pesquisa bibliográfica, que deve ser privilegiada numa disciplina que surge já num momento de especialização (após o tronco comum do curso de Licenciatura em Geografia);
- O recurso à discussão de estudos de caso deverá propiciar um ambiente de discussão e de aprendizagem baseada na comparação de um leque de casos concretos relativos a dinâmicas regionais e resposta de política pública;
- Em determinados tópicos do programa, em especial na ponto sobre políticas de desenvolvimento regional, os estudantes serão convidados a intervir, através da participação em eventuais debates ou conferências sobre a matéria, admitindo-se a viabilidade de endereçar convites a um número restrito de técnicos ou investigadores externos para participar em sessões de discussão sala de aula;
- O contacto com a prática do desenvolvimento regional considera-se muitíssimo relevante para a aprendizagem dos estudantes, pelo que se propõe a realização de uma visita de estudo a entidades com responsabilidades de implementação de programas de desenvolvimento regional;
- Os estudantes serão estimulados a desenvolver relações de proximidade com os investigadores do Centro de Estudos Geográficos, no sentido de adquirir conhecimento sobre actividades de investigação científica em projectos relacionados com a matéria, sempre que os respectivos coordenadores

considerem oportuno, podendo mesmo participar activamente em actividades de recolha e tratamento de informação estatística ou na consulta de fontes documentais.

À partida, antevêm-se algumas dificuldades que podem comprometer esta estratégia de aprendizagem, embora algumas delas tenham um carácter geral e, como tal, não são verdadeiramente estrangulamentos à estratégia que aqui se recomenda. Todavia, merecem uma particular atenção as seguintes limitações:

- Os documentos disponíveis para consulta e a produção científica encontram-se maioritariamente na língua inglesa, o que coloca dificuldades a alguns estudantes, embora a um número cada vez menor, que terão de ser ultrapassadas através da pesquisa de materiais similares em outras línguas, sobretudo em francês e em castelhano;
- Tipicamente, existe um exemplar das principais obras de referência na Biblioteca, situação que é incómoda para a consulta por parte dos estudantes, ainda que a aquisição e/ou a consulta em outras bibliotecas universitárias permitirá obviar o problema, admitindo-se em última instância a disponibilização de uma cópia dos capítulos pertinentes para os estudantes (este problema tem sido ultrapassado em outras universidades pela aquisição de diversos exemplares das obras de maior relevo em cada disciplina);
- Algumas matérias exigem conhecimentos de economia que, para a maior parte dos estudantes, são adquiridos com a frequência da disciplina de Economia, que decorre em simultâneo com a de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional, devendo equacionar-se oportunamente a viabilidade da primeira anteceder a segunda, o que implicaria ajustes na estrutura curricular, considerando-se adequada que ambas antecedam a disciplina de Análise Regional e Urbana;
- Finalmente, o esforço de coordenação do tronco comum e das variantes do curso de Licenciatura em Geografia tem permitido eliminar sobreposições e articular matérias com diferentes níveis de desenvolvimento, porém, verificam-se algumas situações de possível sobrecarga de trabalho dos estudantes, o que tendencialmente tem vindo a ser acautelado por via da

coordenação horizontal informal, embora parecesse aconselhável fazê-lo em sede de coordenação para cada ano do curso.

Por último, a contínua melhoria das estratégias de aprendizagem implica uma avaliação *ex-post* do papel do docente no processo de aprendizagem. Não se tratando de um instrumento institucionalizado na Faculdade de Letras, advoga-se a sua utilização para identificar e corrigir posteriormente aspectos específicos da docência, sempre sujeitos as idiossincrasias da vida académica e às relações docente-estudantes, e sobretudo para avaliar a relevância da estratégia de aprendizagem, mas também outros aspectos relativos às condições da sala de aula, biblioteca, espaços de trabalho, meios informáticos, etc.

PROGRAMA, BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

A preparação de um programa decorre sempre de um conjunto de objectivos que estão na base da selecção dos principais temas e da organização das matérias. Não menos importante é a adequação dos assuntos a desenvolver aos conhecimentos prévios dos alunos, remetendo para a questão da inserção da disciplina no plano de estudos do curso, bem como para a articulação com as outras disciplinas.

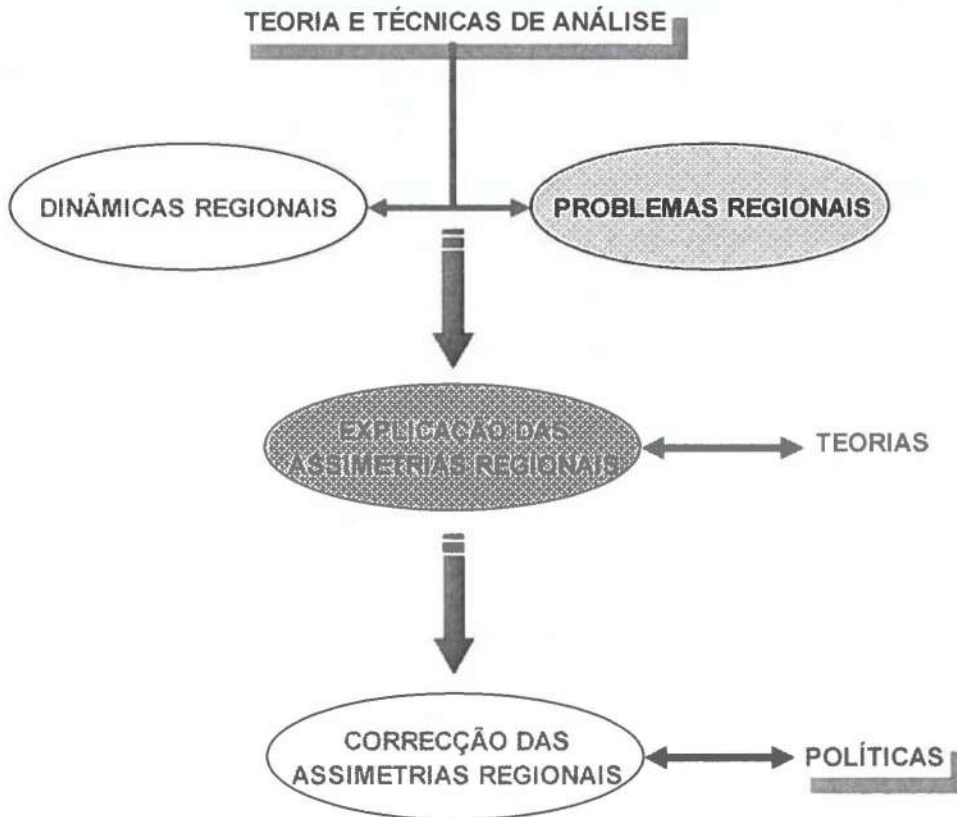
Se é verdade que existem temáticas fundamentais e incontornáveis num programa sobre a problemática do desenvolvimento regional, em geral desenvolvidas continuamente por diversas gerações de académicos, outras poderão ser mais discutíveis devido ao seu carácter inovador e, por vezes, heterodoxo. Num programa de estudos universitário, parece mais adequado apostar numa combinação de ambas, até porque se trata de uma disciplina ao nível do 2º ano, ainda no início da especialização, num momento da formação em que os estudantes teriam dificuldades em apreender matérias recentes e inovadoras por lhes faltar o conhecimento de teorias desenvolvidas previamente e que quase sempre estiveram na base das novas reflexões. Mas ignorar os contributos mais recentes seria pernicioso devido a duas razões principais: a universidade deve estar permanentemente na fronteira do conhecimento, afinal esta é a razão da sua existência; a compreensão e a eventual resolução dos problemas do presente requerem frequentemente novas abordagens que desde cedo devem começar a ser discutidas pelos estudantes.

O aprofundamento das matérias constitui outra questão importante na definição de um programa. Numa disciplina semestral, com cerca de 24 sessões lectivas, não é possível aprofundar de igual modo todos os temas, por forma a não comprometer as competências que se pretende que os alunos venham a adquirir. No entanto, alguns deles, pela maior relevância ou complexidade, requerem um maior aprofundamento. Em suma, importa encontrar uma solução judiciosa que combine, de forma equilibrada, a

indispensável diversidade dos temas com o desenvolvimento das questões fundamentais.

ESTRUTURA DO PROGRAMA

Os temas do programa expressam uma lógica de organização assente na interacção entre os domínios das dinâmicas e dos problemas regionais, da explicação e da correcção das assimetrias de desenvolvimento regional, que remetem para a teoria, técnicas de análise e políticas de desenvolvimento.



Lógica de organização do programa de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional

A compreensão das dinâmicas regionais e dos problemas de desenvolvimento resultantes implica um conhecimento do próprio conceito de região e das definições em

torno do desenvolvimento, incluindo a sua dimensão temporal, remetendo para questões de âmbito conceptual, enquanto a necessidade de avaliar as desigualdades regionais implica o domínio de algumas técnicas de análise. Estas são, como tal, as preocupações de base do bloco introdutório do programa.

O entendimento e a identificação de causas do desenvolvimento regional são essenciais para explicar as causas das assimetrias territoriais de desenvolvimento. Neste sentido, justifica-se a forte componente teórica da disciplina, em resultado da compreensão dos factores e dinâmicas de diferenciação territorial implicarem um domínio claro de matrizes conceptuais distintas, que devem abarcar conjuntamente contributos relevantes tradicionais e recentes. Os segundo e terceiro blocos do programa têm precisamente este propósito, constituindo uma parte central da matéria da disciplina.

Depois do conhecimento das principais teorias e dos avanços teóricos recentes mais relevantes sobre as causas do desenvolvimento territorial, é introduzida a temática da correção das assimetrias regionais, que se relaciona directamente com a questão da intervenção e das políticas públicas, que obviamente é informada pelos contributos teóricos, embora a sua implementação constitua um desafio que coloca em contexto novos aspectos para os quais nem sempre se identificaram respostas. Os três últimos blocos do programa versam esta temática, quer do ponto de vista conceptual quer da intervenção concreta no espaço da UE e em Portugal.

Em síntese, o programa organiza-se em torno de três temas principais: (i) as dinâmicas de desenvolvimento das regiões num quadro de progressiva integração económica e as suas implicações para o desenvolvimento regional; (ii) as respostas teóricas tradicionais e recentes para a explicação das causas das assimetrias regionais; (iii) os instrumentos e as políticas de desenvolvimento regional. Neste sequência, há dois aspectos que merecem uma referência final. Em primeiro lugar, a sequência teoria, análise e política só é inteiramente atingida com a frequência da disciplina de Análise Regional e Urbana, que se dedica exaustivamente aos modelos e técnicas de análise regional. Em segundo, a introdução linear dos temas não significa a inexistência de ligações retroactivas, devendo mesmo explorar-se as articulações entre a política, os resultados da intervenção e as suas implicações teóricas.

ENUNCIADO DO PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- 1.1. Origem e evolução da ciência e do planeamento regional
- 1.2. A problemática do desenvolvimento
- 1.3. Evolução do conceito de região
- 1.4. Assimetrias de desenvolvimento: o caso das regiões da UE

2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Perspectivas teóricas tradicionais

- 2.1.1. O modelo neoclássico de crescimento económico regional
- 2.1.2. As trocas comerciais e a teoria das vantagens comparativas
- 2.1.3. Teorias da causalidade cumulativa e dos pólos de crescimento
- 2.1.4. Estruturalismo e a(s) teoria(s) centro-periferia

2.2. Perspectivas teóricas recentes

- 2.2.1. A teoria do desenvolvimento (local) endógeno
- 2.2.2. O contributo de Krugman e a «nova geografia económica»
- 2.2.3. Pós-Estruturalismo e a teoria da divisão espacial do trabalho

3. AVANÇOS NAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1. Inovação, tecnologia e desenvolvimento regional

- 3.1.1. *Clusters*
- 3.1.2. «Distritos industriais»
- 3.1.3. «Meios inovadores»

3.2. Economia do conhecimento e as regiões

3.2.1. Sistemas regionais de inovação

3.2.2. *Learning regions*

3.3. Capital social e desenvolvimento local

4. FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1. Assimetrias de desenvolvimento e problemas de convergência regional

4.2. Tipologia de intervenção nas políticas de desenvolvimento regional

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA REGIONAL

5.1. Opções de política: micro, macro e de coordenação

5.1.1. Macro e de Coordenação

5.1.2. Micro: capital e trabalho

5.2. Iniciativas de desenvolvimento económico local

5.3. Novas orientações da política regional

5.3.1. PME, empreendedorismo e emprego

5.3.2. Inovação tecnológica e o papel dos *clusters*

6. A POLÍTICA REGIONAL NA UE E EM PORTUGAL

6.1. Evolução da política regional europeia

6.1.1. Objectivos e instrumentos

6.1.2. Iniciativas comunitárias

6.2. Assimetrias regionais em Portugal na perspectiva da política regional europeia

6.3. A política regional em Portugal

6.3.1. Dos Antecedentes à adesão à UE

6.3.2. Os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e os Quadros Comunitários de Apoio (QCA)

6.3.3. Desafios para o desenvolvimento regional em Portugal (Alargamento da UE, o debate da coesão *post-2006* e *governância* territorial)

BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

A bibliografia do programa encontra-se segmentada nas seguintes categorias: geral de consulta obrigatória; específica de consulta obrigatória ou recomendada; complementar para aprofundamento das matérias. Nesta secção, enunciam-se apenas as referências bibliográficas de âmbito geral e específico. Note-se que a selecção da bibliografia leva em linha de conta o carácter de alguma forma introdutório da disciplina, bem como o facto dos estudantes apenas poderem dedicar cerca de 20% do seu tempo total de estudo à disciplina, que resulta da frequência, tipicamente, de mais quatro disciplinas no mesmo semestre.

Indica-se, no final desta secção, um conjunto de documentos técnicos com relevo para a análise e para as políticas de desenvolvimento regional, algumas das principais fontes de informação disponíveis em *sites* da internet, assim como as revistas científicas mais utilizadas pelos investigadores destas temáticas para publicar os seus trabalhos.

Bibliografia Geral de Consulta Obrigatória

A selecção da bibliografia geral de consulta obrigatória é constituída unicamente por manuais, cuja qualidade não levanta quaisquer dúvidas, já que são utilizados em inúmeros programas semelhantes em outras universidades nacionais e estrangeiras de reconhecido prestígio. Houve ainda a preocupação de incluir obras publicadas nas línguas portuguesa, francesa e inglesa, por forma a não comprometer o acesso a todos os estudantes ao conhecimento e informação indispensáveis num programa acerca do desenvolvimento regional.

Armstrong, H.; Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Blackwell, Oxford (3ª edição).

Aydalot, P. (1985) - *Economie Régionale et Urbaine*. Économica, Paris.

Costa, J. S. (2002) (ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. APDR, Coimbra.

- Madureira Pires, L. (1998) – *A Política Regional Europeia e Portugal*. F.C.Gulbenkian, Lisboa.
- Polèse, M. (1998) – *Economia Urbana e Regional. Lógica Espacial das Transformações Económicas*. APDR, Coimbra.
- Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. F.C.Gulbenkian, Lisboa (3ª edição).

Estas obras versam um amplo leque de temas, apresentando, com desigual aprofundamento, as principais teorias de desenvolvimento regional, modelos e técnicas de análise regional e fundamentos da política regional. Se fosse considerado necessário escolher apenas uma obra, essa teria de ser a de Armstrong e Taylor (2000), cuja terceira edição incorpora algumas dimensões teóricas recentes do desenvolvimento regional, sempre com grande rigor formal. Esta é, de resto, uma obra recorrente no ensino destas matérias em inúmeras instituições de ensino superior no estrangeiro. Do mesmo modo, a obra de Aydalot (1985) sintetiza com grande clareza os princípios da economia regional e urbana, sendo uma versão alternativa para os alunos com maior facilidade na língua francesa, embora não possa substituir na íntegra a obra de Armstrong e Taylor, devido ao seu ano de edição recuar a meados da década de 1980, não incorporando, obviamente, avanços recentes no estudo destas matérias.

As restantes referências em língua portuguesa permitem garantir um acesso generalizado dos estudantes aos conteúdos principais dos programas, destacando-se o trabalho pioneiro de Simões Lopes, bem como a obra colectiva recente publicada por Costa (2002) e oportunamente editada pela Associação para o Desenvolvimento Regional (APDR). A tradução da obra de Polèse (1998) constitui igualmente um livro de referência para a disciplina, enquanto o trabalho de Madureira Pires (1998) sintetiza com clareza as bases da política regional europeia, devendo ser utilizado na parte final do programa.

- Clark, G.; Feldman, M.; Gertler, M. (2000) (eds) – *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford University Press, Oxford.
- Sheppard, E.; Barnes, T. (2000) (eds) – *A Companion to Economic Geography*. Blackwell, Oxford.

Estes dois compêndios reúnem um conjunto de contributos muito relevantes de diferentes matrizes conceptuais para a compreensão de processos de transformação e de mudança da base económica das regiões, sendo essa o motivo da sua inclusão na bibliografia geral de consulta obrigatória.

Bibliografia Específica por Pontos do Programa

Os livros da bibliografia específica são indicados segundo os principais pontos do programa e podem destinar-se à leitura obrigatória, recomendada ou complementar. Não se mencionam artigos, pois optou-se por fazê-lo na secção relativa ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos, por se perceber melhor a relevância dos mesmos após a apresentação dos tópicos a desenvolver em cada ponto.

1. INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Abreu, D. (1993) – *Programa de Análise Regional e Urbana*. Centro de Estudos Geográficos, EPRU n.º. 40, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Allen, J.; Massey, D.; Cochrane, A. (1998) - *Rethinking the Region*. Routledge, London.
- Amin, A.; Thrift, N. (1994) (eds.) – *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford University Press, Oxford.
- Benko, G. (1999) - *A Ciência Regional*. Celta Editora, Oeiras.
- Benko, G.; Lipietz, A. (1994) (eds.) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Celta Editora, Oeiras.
- Dunford, M.; Kafkalas, G. (1992) (eds.) – *Cities and Regions in the New Europe*. Routledge, London.
- Fonseca, M. L. (1993) – *Programa de Geografia Económica*. Centro de Estudos Geográficos, EPRU n.º. 39, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Gaspar, J. (1981) – *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa (2ª edição).
- Hadjimichalis, C.; Sadler, D. (1995) (eds.) – *Europe at the Margins. New Mosaics of Inequality*. Wiley, Chichester.
- Hudson, R.; Williams, A. (1998) – *Divided Europe. Society and Territory*. Sage, London.

- Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Ariel, Barcelona.
- Perroux, F. (1987) - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. F.C. Gulbenkian, Lisboa.
- Pinder, D. (1998) (ed.) - *The New Europe. Economy, Society and Environment*. Wiley, Chichester.
- Scott, A. J. (1998) - *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition and Political Order*. Oxford University Press, Oxford.
- Veltz, P- (1996) - *Mondialisation, Villes et Territoires. L'Economie d'Archipel*. PUF, Paris.
- Unwin, T. (1998) - *A European Geography*. Longman, Harlow.
- WCED (1987) - *Our Common Future*. Oxford University Press, Oxford.

2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Massey, D. (1984) - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. Macmillan, London.
- Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Ariel, Barcelona.
- Stohr, W.; Taylor, D. R. (1981) (eds.) - *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Wiley, Chichester.
- Vázquez Barquero, A. (1988) - *Desarrollo Local. Una Estrategia de Creación de Empleo*. Pirámide, Madrid.

3. AVANÇOS NAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

- Antonelli, C.; Ferrão, J. (2001) (eds.) - *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica*. ICS, Lisboa.
- Aydalot, P. (1986) - *Milieux Innovateurs en Europe*. GREMI, Paris.
- Bagnasco, A.; Piselli, F.; Pizzorno, A.; Trigilia, C. (2001) - *Il Capitale Sociale. Istruzioni per l'uso*. Il Mulino, Bologna.
- Benko, G.; Lipietz, A. (1994) (eds.) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Celta Editora, Oeiras.
- Braczyk, H.-J.; Cooke, Ph.; Heidenreich, M. (1998) (eds.) - *Regional Innovation Systems. The Role of Governance in a Globalized World*. UCL Press, London.

- Gama, R. (2002) - *Dinâmicas Industriais, Inovação e Território. Abordagem Geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moulaert, F. (2000) - *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*. Oxford University Press, Oxford.
- Porter, M. (1990) - *The Competitive Advantage of Nations*. Macmillan, London.
- Storper, M. (1997) - *The Regional World. Territorial Development in a Global Economy*. Guilford Press, New York.

4. FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- OECD (2001) – *Territorial Outlook*. OECD, Paris.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA REGIONAL

- Barata Salgueiro, T. (1992) - *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Afrontamento, Porto.
- Castells, M.; Hall, P. (1994) – *Technopoles of the World*. Routledge, London.
- Cavaco, C., Ed. (1999). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. EPRU nº 50, CEG, Lisboa.
- Cooke, Ph.; Morgan, K. (1998) - *The Associational Economy. Firms, Regions, and Innovation*. Oxford University Press, Oxford.
- Ferrão, J. (1997) (ed.) - *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*. ICS, Lisboa.
- Fonseca, M. L., Malheiros, J.; Esteves, A.; Caldeira, M. J. (2002) - *Immigrants in Lisbon. Routes of Integration*. EPRU nº. 56, CEG, Lisboa.
- Henriques, J.; Lopes, R.; Mendes Baptista, A. (1991) – *O Programa ILE em Portugal. Avaliação e Perspectivas*. IEFP/CIRIUS, Lisboa.
- Malecki, D. (1988) – *Technology and Economic Development*. Longman, Harlow.
- Storey, D. J. (1994) - *Understanding the Small Business Sector*. Routledge, London.

6. A POLÍTICA REGIONAL NA UE E EM PORTUGAL

- Amin, A.; Tomaney, J. (1995) (eds.) – *Behind the Myth of European Union*. Routledge, London.

- CEDRU (1987) - *Península de Setúbal. Operação Integrada de Desenvolvimento. Estudo Preparatório*. Lisboa, MPAT.
- Gaspar, J. (1987) - *A Ocupação e a Organização do Território. Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*. F. C. Gulbenkian, Lisboa.
- Gaspar, J. (1993) - *As Regiões Portuguesas*. MPAT, Lisboa.
- Keating, M. (1998) – *The New Regionalism in Western Europe*. Elgar, Cheltenham.
- Lopes, R. (2001) - *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.
- Rodríguez-Pose, A. (2002) – *The European Union. Economy, Society and Polity*. Oxford University Press, Oxford
- Williams, A. (1991) – *A Comunidade Europeia. As Contradições do Processo de Integração*. Celta Editora, Oeiras.

Relatórios e Documentos

Comissão das Comunidades Europeias

- CCE (2002) - *EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um Desenvolvimento Espacial Equilibrado e Sustentável do Território da União Europeia*. CCE, Bruxelas.
- CCE (2003) - *Segundo Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*. COM(2003) 34 final, Bruxelas.
- CCE (2004) - *Third Report on Economic and Social Cohesion*. COM(2004) 107 final, Brussels.
- Sapir, A. *et al.* (2003) – *An Agenda for a Growing Europe. Making the EU Economic System Deliver*. CEC, Brussels.

Relatórios elaborados pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento

2003

Portugal no Espaço Europeu. O Investimento Directo Estrangeiro

QCA III. Impacto Macroeconómico. Avaliação Intercalar

Portugal, o Litoral e a Globalização

As Regiões Europeias e as Actividades Baseadas no Conhecimento e na Inovação

Dinâmicas Regionais em Portugal - Demografia e Investimentos

Acompanhamento do Processo de Convergência com a União Europeia

A União Europeia face ao(s) seu(s) Futuro(s): um Exercício de Prospectiva a Dez Anos
- Actualização

2002

Portugal no Contexto da UE - Dinâmica de Convergência - 1995-2000

2001

Impacto Macroeconómico do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999

1999

Portugal no Contexto da UE – Dinâmica de Convergência.

Documentos de Política Regional para o 3º período de programação (diversos organismos da Administração Central)

PNDES-Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PDR-Plano de Desenvolvimento Regional

QCA-Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006

Sites Internet

Instituições Internacionais

| | |
|--|---|
| União Europeia | http://europa.eu.int |
| CE - Inforegio | http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm |
| Comité das Regiões | www.cor.eu.int/pt/index.html |
| Council of European Municipalities and Regions | www.ccre.org |
| Council of European Studies | www.europamet.org |
| European Spatial Planning Observation Network | www.espon.lu |
| OCDE | www.ocde.org |
| Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale (DATAR) | www.datar.gouv.fr |
| Regional Science Association International (RSAI) | www.regionalscience.org |
| Regional Studies Association (RSA) | www.regional-studies-assoc.ac.uk |

Instituições Nacionais

| | |
|---|--|
| Governo | www.portugal.gov.pt |
| Direcção-Geral Desenvolvimento Regional (Min. Finanças) | www.dgdr.pt |
| Departamento de Prospectiva e Planeamento (Min. Finanças) | www.dpp.pt |
| Quadro Comunitário de Apoio III (Min. Finanças) | www.qca.pt/main.html |
| Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (MCOTA) | www.dgotdu.pt |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (MCOTA) | www.ccr-n.pt |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (MCOTA) | www.ccr-c.pt |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (MCOTA) | www.ccr-lvt.pt |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (MCOTA) | www.ccr-alt.pt |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (MCOTA) | www.ccdr-alg.pt |
| Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (Programa Ruris) (MADRP) | www.idrha.min-agricultura.pt/ruris/index.htm |
| Direcção-Geral do Turismo (Min. Economia) | www.dgturismo.pt |
| Gabinete de Estratégia e Estudos (GEPE) (Min. Economia) | www.gee.min-economia.pt |
| Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP) (MSST) | www.deep.msst.gov.pt |
| Agência Portuguesa para o Investimento (API) (Min. Economia) | www.investinportugal.pt |
| Agência de Inovação (AdI) (Min. Economia) | www.adi.pt |
| Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) (Min. Economia) | www.iapmei.pt |
| Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD) (Min. Economia) | www.min-economia.pt/port/ministerio/p_prasd.html |
| Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV) (Presidência do Conselho de Ministros) | www.proinov.gov.pt/index.asp |
| Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) | www.apdr.pt |

Fontes Estatísticas

| | |
|--|---|
| Eurostat | http://europa.eu.int/comm/eurostat |
| Instituto Nacional de Estatística | www.ine.pt |
| Banco de Portugal | www.bportugal.pt |
| Gabinete de Estratégia e Estudos (GEPE) (Min. Economia) | www.gee.min-economia.pt |
| Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP) (MSST) | www.deep.msst.gov.pt |

Fontes Bibliográficas

| | |
|--|---|
| ISI – <i>Web of Knowledge</i> | http://isiknowledge.com |
| Biblioteca do Conhecimento <i>online</i> | www.b-on.pt |
| Catálogo Colectivo da Universidade de Lisboa (SIBUL) | http://194.117.17.200:4505/ALEPH |
| Biblioteca/CID ISEG | www.iseg.utl.pt/biblioteca/ |
| Biblioteca ISCTE | http://biblioteca.iscte.pt/ |
| Biblioteca Nacional | www.bn.pt/ |

Revistas

Nacionais

Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia

Cadernos de Geografia

Inforgeo

Prospectiva e Planeamento

Estudos de Economia

Revista Crítica de Ciências Sociais

Análise Social

Internacionais

Annals of the Association of American Geographers

Antipode

Economic Geography

European Planning Studies

European Urban & Regional Studies

Geoforum

International Journal of Urban & Regional Research

Progress in Human Geography

Progress in Planning

Regional Studies

Scottish Geographical Magazine

Transactions of the Institute of British Geographers

Urban Studies

Géographie Economie Société

L'Espace Géographique

RERU - Revue d'Économie Regionale et Urbaine

DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS DO PROGRAMA

O desenvolvimento dos conteúdos programáticos estrutura-se segundo os pontos e sub-pontos do programa, identificando-se para cada um deles os principais objectivos a atingir, o sumário dos tópicos a desenvolver, o desenvolvimento sintético de cada tópico e a bibliografia de leitura obrigatória (OBR), recomendada (REC) e complementar (COM). Para cada ponto do programa, efectua-se também uma descrição das actividades a desenvolver pelos estudantes (leitura e discussão de textos, trabalho empírico e preparação e acompanhamento de trabalho de pesquisa).

1. INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CARGA HORÁRIA: 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as origens da ciência regional e compreender o relevo dos contributos da Geografia para o estudo das dinâmicas regionais;
- Debater a evolução do conceito de desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões;
- Discutir o significado do conceito de região em diferentes perspectivas teóricas e perspectivá-lo num quadro de transformações profundas na organização dos territórios decorrentes da internacionalização da economia e da mudança das estruturas político-administrativas;
- Analisar a evolução das assimetrias regionais na União Europeia (UE) com destaque para as dinâmicas de convergência/divergência das regiões menos favorecidas;
- Aplicar técnicas de análise de assimetrias regionais.

TÓPICOS A DESENVOLVER

- Origens, objecto de estudo, interdisciplinaridade e debate contemporâneo em torno da ciência regional, destacando o contributo do conhecimento geográfico para a afirmação deste ramo do conhecimento;
- Conceitos de crescimento e de desenvolvimento numa perspectiva *espacio-temporal*, diferenciando as dimensões quantitativa e qualitativa;
- As relações entre desenvolvimento e organização espacial, distinguindo espaço e região e diferentes ideias de região no passado e no presente;
- Evolução das disparidades regionais e os problemas de competitividade e de coesão na UE.

1.1. Origem e evolução da ciência e do planeamento regional

O espaço e os problemas ligados à sua gestão não constituíram uma área de relevo na investigação em ciências sociais até à Segunda Guerra Mundial, exceptuando o trabalho dos geógrafos, em que as questões espaciais desde sempre constituíram uma preocupação central (Benko, 1999). Neste particular, deve destacar-se a contribuição da Escola Francesa que desenvolveu os estudos regionais, embora sem preocupações intervencionistas no sentido do desenvolvimento regional (Capel, 1981).

A partir dos anos 1950, esta situação altera-se nas ciências sociais. Os trabalhos precursores de Von Thünen e de Christaller e os contributos de Ohlin, Palander, Hoover e Losch vão constituir uma base analítica sólida para o desenvolvimento da ciência regional (Benko, 1999). O neopositivismo afirma-se como o principal paradigma, devendo a ciência enunciar leis que permitam explicar e prever acontecimentos através de relações de causa-efeito (André, 2002).

Um conjunto de circunstâncias esteve na base da criação de oportunidades para o desenvolvimento da ciência regional (Simões Lopes, 1987). Após a guerra, é necessário reconstruir o sistema económico e melhorar a situação social na Europa, sob a égide do Estado, que passa a orientar-se por políticas de natureza intervencionista (*keynesianismo*). É também neste período que emergem as preocupações com o ordenamento do território (*Tennessee Valley Authority*) e com os problemas do atraso do desenvolvimento económico nas regiões periféricas. Todavia, verifica-se uma carência de instrumentos de intervenção, bem como um reduzido número de estudos sobre as dinâmicas espaciais e uma quase ausência de pessoal técnico habilitado para aquelas tarefas.

Nos anos 1950, institucionaliza-se a ciência regional por via da criação de um curso pioneiro na Universidade da Pensilvânia, Filadélfia, e da formação da *Regional Science Association*, ambas iniciativas de W. Isard.

A ciência regional afirma-se como uma disciplina de charneira, assentando em contributos principalmente da economia e da geografia, e da sociologia, antropologia, urbanismo e ciência política. Na Geografia, o ramo da geografia económica foi (e talvez seja) o mais importante para o avanço da análise regional, que atravessava, naquele

período, uma revolução teórica com profundos reflexos nos seus métodos e técnicas de análise (Claval, 1978).

As diversas orientações no estudo dos problemas regionais - estrutura económica, produção, rendimento, nível de vida, questões ambientais e *governância* - tornaram o estudo das questões regionais progressivamente mais complexo. Mas é o excessivo formalismo e sofisticação dos modelos de análise regional (e também urbana) que contribui para um certo declínio da ciência regional, que parece procurar a “arte pela arte” à medida que se afasta da realidade. Em resposta, Bailly enumera cinco princípios pelos quais se deve orientar a ciência regional: princípio existencial (a ciência para a sociedade); princípio da representação (espaço apreendido); princípio imaginário (diferença entre explicação e compreensão); princípio de criação (não há criações neutras ideologicamente); o princípio da retroacção (representações e prática) (Bailly, 1995).

A ciência regional é uma disciplina de aplicação e, como tal, não pode afastar-se dos problemas reais nem contentar-se com a elaboração de modelos abstractos, esquivando-se à realização de propostas de intervenção (Lajugie, 1995). Mas será que as respostas mais *soft*, teóricas, reflexivas e críticas que têm vindo a emergir desde os anos 1990, poderão ir no sentido que Lajugie propõe?

As ligações ao planeamento territorial são decisivas para a aproximação da ciência à realidade. Em toda a Europa e nos EUA, as preocupações com o desenvolvimento do território estão presentes na agenda política, devendo-se em parte ao mérito das ciências que se dedicam ao estudo das questões regionais, onde se evidencia a Geografia.

BIBLIOGRAFIA

- OBR Benko, G. (1999) - *A Ciência Regional*. Oeiras, Celta Editora (pp. 5-26; pp. 144-150).
- OBR Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 1-10).
- REC Costa, J. S. (2002) - "Introdução". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 21-31.
- REC Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona, Editorial Ariel (pp. 321-327).

- COM Baily, A. (1995) - "Penser la science régionale." *Revue d'Économie Régional et Urbaine* (4): 737-741.
- COM Lajugie, J. (1995) - "Crise de la science régionale?" *Revue d'Économie Régional et Urbaine* (2): 374-378.

1.2. A problemática do desenvolvimento

“...o desenvolvimento é efectivamente fim último e [...] o crescimento é meio, um dos meios que poderá criar condições para que o primeiro seja atingido, sempre na óptica do longo prazo” (Simões Lopes, 1987, p. 284).

“O desenvolvimento como fim último impõe a organização do espaço como um objectivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios” (Simões Lopes, 1987, p. 284).

“«O crescimento para quê»? «em vista de quê»? «O crescimento benéfico em que condições»? «O crescimento para quem»? (Perroux, 1987, p. 52).

O desenvolvimento como objectivo final, último, em contraponto a objectivos instrumentais, que devem ser considerados como meios para atingir fins num determinado quadro espacial e temporal.

“O produto global (nacional) bruto não é, de modo nenhum, uma quantidade analítica; é um agregado empírico e estatístico, o conjunto de bens, dos objectos obtidos por uma economia nacional durante um período. [...] o agregado em si mesmo e o crescimento do agregado são conceitos cuja opacidade não se dissipa pela referência ao número de beneficiários, à extensão da população, ou seja, pelo produto (rendimento) por cabeça” (Perroux, 1987, p. 53).

Como medir o desenvolvimento? Limitações dos indicadores utilizados, designadamente o Produto Interno Bruto (taxa de crescimento do PIB e PIB *per capita*) população). Indicadores alternativos de carácter complementar ao PIB (CCE, 2004). Nova geração de indicadores sintéticos; o caso do Índice de Desenvolvimento Humano e limitações da sua aplicação à escala regional.

Princípios do desenvolvimento sustentável – eficiência económica, coesão social e protecção ambiental – e problemas de operacionalização do conceito no âmbito regional (WCED, 1987).

NOTA - Esta matéria será leccionada com base na discussão de textos de leitura obrigatória indicados na bibliografia deste ponto.

BIBLIOGRAFIA

- OBR Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 282-289).
- OBR Perroux, F. (1987) - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 47-67).
- REC Méndez, R. (1997) - *Geografia Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona, Editorial Ariel (pp.327-334).
- REC Abreu, D. (1993) - *Programa de Análise Regional e Urbana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, EPRU n° 40, Universidade de Lisboa (pp. 41-44).
- REC CCE (2004) - *Third Report on Economic and Social Cohesion*. Brussels.
- REC Fonseca, M. L. (1993) - *Programa de Geografia Económica.*, Centro de Estudos Geográficos, EPRU n° 39, Universidade de Lisboa (pp. 41-48).
- COM Queirós, M. (2001) - O Desafio Ambiental. As Políticas e a Participação dos Actores. Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa (polic.) (pp. 55-67).
- COM WCED (1987) - *Our Common Future*. Oxford, Oxford University Press.

1.3. Evolução do conceito de região

O conceito de espaço como elemento fundamental nos estudos em Geografia e em outros ramos do conhecimento. Evolução do conceito. O espaço económico e as relações económicas e o espaço na aceção do conceito de sistema (Simões Lopes, 2002).

Distinção entre o conceito de espaço e de região. Os tipos de região segundo critérios de classificação: homogeneidade, funcionalidade (polarização) e planeamento (Simões Lopes, 1987). O caso da área de influência de Évora (Gaspar, 1981) (ver figura seguinte).

O critério da funcionalidade na delimitação do espaço regional: caso de Évora

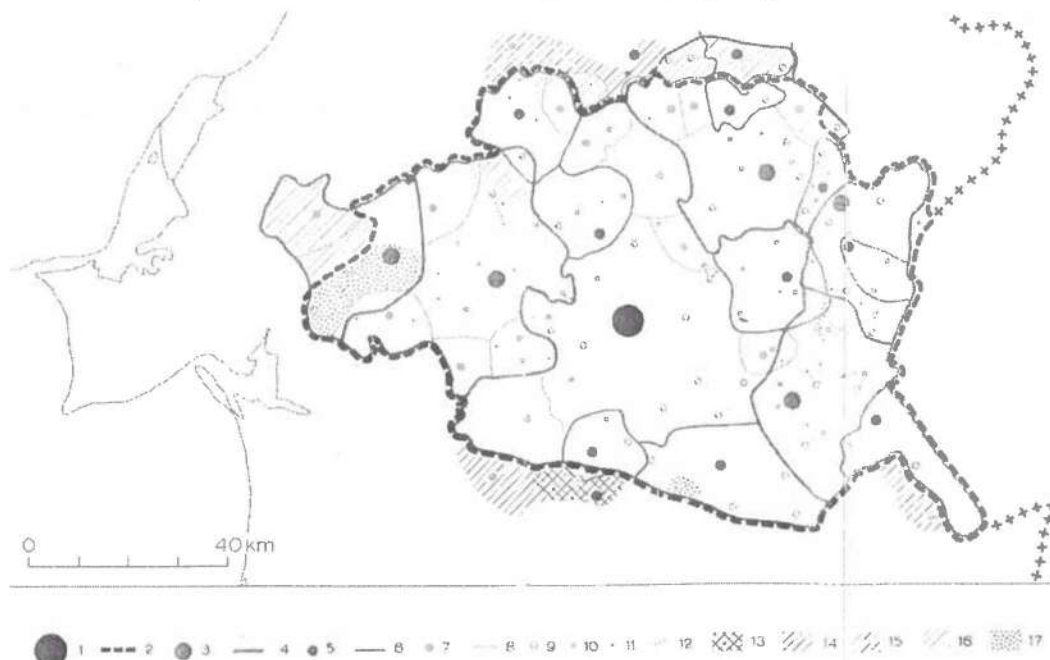


Fig. 62 — *de Ev. da área de influência de Évora: hierarquia e áreas de influência.*
 1 — Área de influência; 2 — Linhas de influência hierárquica; 3 — Linhas de influência funcional; 4 — Linhas de influência de planeamento; 5 — Linhas de influência de planeamento; 6 — Linhas de influência de planeamento; 7 — Linhas de influência de planeamento; 8 — Linhas de influência de planeamento; 9 — Linhas de influência de planeamento; 10 — Linhas de influência de planeamento; 11 — Linhas de influência de planeamento; 12 — Linhas de influência de planeamento; 13 — Linhas de influência de planeamento; 14 — Linhas de influência de planeamento; 15 — Linhas de influência de planeamento; 16 — Linhas de influência de planeamento; 17 — Linhas de influência de planeamento.

Fonte: Extraído de Gaspar, J. (1981)

Génese das regiões de planeamento em Portugal e propostas recentes de segmentação territorial no país. O caso particular das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Síntese dos modelos de organização territorial na Europa.



Critério do planeamento na delimitação do espaço regional: caso da área de intervenção das CCRs

Introdução a diferentes perspectivas recentes sobre as regiões: regiões “ganhadoras” (Benko e Lipietz, 1994), *learning regions* (Florida, 1995), as discontinuidades da região e as forças neoliberais (Allen *et al.*, 1998), os territórios em rede da economia de arquipélago (Veltz, 1996), um mundo de regiões (Storper e Scott, 1995; Storper, 1997; Scott, 1998).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR (pp. 136-139).
- OBR Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 10-45).
- OBR Simões Lopes, A. (2002) - "O espaço económico". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 35-59.

- REC Allen, J., et al. (1998) - *Rethinking the Region*. London, Routledge (pp. 1-31).
- REC Gaspar, J. (1981) - *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa (2ª edição) (pp. 285-315).
- COM Benko, G. e Lipietz, A., Eds. (1994). *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras, Celta Editora (pp. 3-15).
- COM Scott, A. J. (1998) - *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*. Oxford, Oxford University Press (pp. 1-7; 63-73).
- COM Storper, M. e Scott, A. J. (1995) - "The Wealth of Regions - Market Forces and Policy Imperatives in Local and Global Context." *Futures* 27 (5): 505-526.
- COM Veltz, P. (1996) - *Mondialisation, Villes et Territoires. L'Economie d'Archipel*. Paris, PUF (pp. 53-66).

1.4. Assimetrias de desenvolvimento: o caso das regiões da UE

As evidências das assimetrias regionais de desenvolvimento e a sua evolução temporal no espaço da UE. As regiões menos atrasadas e o processo de convergência/divergência real com base na análise do PIB *per capita* (em *Paridades do Poder de Compra*) e da taxa de crescimento do PIB ao nível das NUTS II (Dunford, 1996; CCE, 2004). O caso especial do comportamento dos países da Coesão (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) (Vale, 2000). A dinâmica das regiões mais desenvolvidas e as geometrias espaciais: da “banana azul” ao “pentágono”.

NOTA - Esta matéria será leccionada com base na discussão de textos de leitura obrigatória indicados na bibliografia deste ponto e no trabalho empírico sobre indicadores de desenvolvimento.

Exemplos de Indicadores Potenciais para a Análise das Disparidades Regionais na UE

| Tipo de indicador: nível | Tipo de indicador: crescimento |
|--|--------------------------------|
| PIB per capita | PIB |
| PIB/emprego | PIB per capita |
| Taxa de actividade | Produtividade |
| Fluxos migratórios (saldo) | Emprego/desemprego |
| Níveis de educação (nível superior) | |
| Taxa de desemprego | |
| Estrutura da população activa por sectores de actividade | |

Fonte: Adaptado de Jensen-Butler (s/d) – documento policipoiado

BIBLIOGRAFIA

- OBR CCE (2004) - *Third Report on Economic and Social Cohesion*. Brussels (consulta).
- OBR Dunford, M. (1996) - "Disparities in employment, productivity and output in the EU: The roles of labour market governance and welfare regimes." *Regional Studies* 30 (4): 339-357.
- OBR Vale, M. (2000) - "How successful is Lisbon and Tagus Valley former peripheral European region?" *Apontamentos de Geografia - Série Investigação* (10): 14 p.
- COM Amin, A. e Thrift, N., Eds. (1994). *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- COM Dunford, M. e Kafkalas, G., Eds. (1992). *Cities and Regions in the New Europe*. London, Routledge.
- COM Hadjimichalis, C. e Sadler, D., Eds. (1995). *Europe at the Margins. New Mosaics of Inequality*. Chichester, Wiley.
- COM Hudson, R. e Williams, A. (1998) - *Divided Europe. Society and Territory*. London, Sage.
- COM Pinder, A., Ed. (1998). *The New Europe. Economy, Society and Environment*. Chichester, Wiley.
- COM Unwin, T., Ed. (1998). *A European Geography*. Harlow, Longman.

2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CARGA HORÁRIA: 10 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer os principais contributos teóricos tradicionais para a explicação das causas do desenvolvimento;
- Distinguir as teorias neoclássicas e as teorias intervencionistas (*keynesianas*) do desenvolvimento regional;
- Diferenciar os contributos teóricos que destacam a influência dos factores internos na explicação das dinâmicas de desenvolvimento (tendência para a convergência) em contraponto com as teorias que dão prioridade aos factores externos (tendência para a divergência);
- Discutir o desenvolvimento recente das teorias tradicionais e a sua relevância na explicação das causas do desenvolvimento regional.

TÓPICOS A DESENVOLVER

- Enquadramento das teorias de desenvolvimento regional segundo os critérios de âmbito temporal e de enfoque teórico dominante;
- O modelo neoclássico de crescimento económico regional e o contributo recente da teoria do desenvolvimento endógeno;
- As trocas comerciais interregionais e a teoria das vantagens comparativas e o contributo recente da Nova Geografia Económica;
- Teorias da causalidade cumulativa e dos pólos de crescimento (o lado da procura);
- Estruturalismo e a teoria(s) centro-periferia e o contributo recente da teoria da divisão espacial do trabalho.

2.1 Perspectivas teóricas tradicionais

Os primeiros contributos teóricos para a explicação das desigualdades regionais assentaram na ideia de que a distribuição geográfica diferenciada dos recursos se reflectia na desigual distribuição do rendimento e da riqueza (Méndez, 1997). Evolução da explicação dos factores de desenvolvimento territorial como um resultado de processos dinâmicos do sistema produtivo e das relações sociais.

As duas questões centrais comuns a todos os contributos teóricos:

- Quais são os factores explicativos do desenvolvimento dos territórios?
- Em que medida o funcionamento do sistema económico influencia a convergência/divergência do crescimento económico das regiões?

Proposta de classificação das teorias de desenvolvimento territorial (quadro seguinte) a partir de critérios temporais (clássicas e recentes) e de enfoque teórico dominante (factores internos vs. factores externos) (Méndez, 1997). Factores internos na explicação das causas do desenvolvimento são mais importantes nas teorias neoclássicas, que admitem a convergência do crescimento a longo prazo, enquanto os factores externos são privilegiados nas explicações de âmbito estruturalista, que advogam uma tendência para a divergência e, conseqüente, aumento das desigualdades espaciais (e, como tal, consideram indispensável a intervenção pública na correcção das assimetrias).

Classificação das teorias de desenvolvimento territorial

| | <i>Factores Internos</i> | <i>Factores Externos</i> |
|-------------------|---|--|
| Teorias clássicas | Teoria das vantagens comparativas Teoria das etapas de crescimento | Teorias da causalidade cumulativa e dos pólos de crescimento Teorias centro-periferia |
| Teorias recentes | Teoria do crescimento / desenvolvimento endógeno | Teoria da divisão espacial do trabalho |

Fonte: Construído a partir de Mendéz, R. (1997)

O MODELO NEOCLÁSSICO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO REGIONAL e a aceitação de três hipóteses centrais (Mendéz, 1997):

- Relação directa entre crescimento económico e recursos;
- Carácter linear e evolutivo dos processos de crescimento económico;
- Convergência, a longo prazo, derivada de mecanismos de acção-reacção próprios do mercado.

O modelo básico:

$$Y = K^\alpha L^{1-\alpha} \text{ ou}$$

$$Y/L = (K/L)^\alpha \text{ ou } y = k^\alpha$$

onde:

Y – produto

K – capital

L – trabalho

Aprofundamento do modelo com a introdução do progresso técnico no modelo neoclássico de crescimento económico regional (Armstrong e Taylor, 2000). As três causas das disparidades regionais:

- Progresso tecnológico variável entre regiões;
- Relação capital/trabalho regionalmente diferenciada;
- Crescimento da força de trabalho desigual entre as regiões.

A desigual dotação dos factores de produção e a especialização produtiva dos territórios num quadro de trocas comerciais interregionais na base da TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS. A especialização económica e obtenção de economias de escala e o incremento da produtividade como condição para o aumento do rendimento, da poupança e do investimento (processo de crescimento).

A explicação das vantagens comparativas segundo Ricardo com base num modelo de duas regiões e dois produtos. A noção de eficiência absoluta e relativa. Os custos de oportunidade da produção de bens e a especialização por via das trocas comerciais. As diferenças de produtividade regional como factor de formação de

vantagens comparativas. A centralidade das vantagens comparativas, em detrimento das vantagens absolutas, na explicação das trocas comerciais interregionais no mundo real.

Pessoas-dia para produzir uma unidade de cada bem por região

| | Têxtil | Aço |
|-------|--------|-----|
| Este | 2 | 20 |
| Oeste | 5 | 125 |

Fonte: Construído a partir de Armstrong e Taylor (2000, p. 122)

Custos de oportunidade de produção de uma unidade adicional de cada bem por região

| | Têxtil | Aço |
|-------|----------------|--------------|
| Este | $2/20 = 0,1$ | $20/2 = 10$ |
| Oeste | $5/125 = 0,04$ | $125/5 = 25$ |

Fonte: Construído a partir de Armstrong e Taylor (2000, p. 122)

Se, por exemplo, se obtiver um equilíbrio de troca de 1:15, o Este pode comprar 15 unidades de têxtil com 1 unidade de aço (contra 10 num quadro de auto-suficiência); o Oeste pode obter uma unidade de aço com a troca por 15 unidades de têxtil (contra 25 se optasse por produzir). O Este especializa-se-á na produção de aço e o Oeste na de têxteis. Note-se que, à partida, o Oeste é sempre menos eficiente, podendo tirar partido das vantagens comparativas nas trocas comerciais interregionais.

Aprofundamento da teoria das vantagens comparativas no MODELO DE HECKSCHER-OHLIN (H-O):

- 2 regiões – Este com maior dotação de capital e Oeste com maior dotação de trabalho;
- 2 factores de produção – capital e trabalho;
- 2 sectores – aço (intensivo em capital) e têxtil (intensivo em trabalho).

Num quadro de trocas comerciais, o modelo prevê a especialização do Este na produção de aço (região intensiva em capital) e do Oeste na de têxtil (região intensiva em trabalho).

Limitações da teoria das vantagens comparativas com destaque para os pressupostos restritivos do modelo H-O (só 2 factores, dotação fixa de capital e trabalho nas regiões, funções de produção com rendimentos constantes, competição perfeita no

mercado de factores e de produtos em ambas as regiões, etc.) (Armstrong e Taylor, 2000).

A TEORIA DA CAUSALIDADE CUMULATIVA, desenvolvida por Myrdal em 1957 e por Kaldor em 1970, e a explicação das desigualdades regionais pelo jogo das forças de mercado segundo uma perspectiva *keynesiana*. O argumento da tendência para a concentração espacial das actividades decorrentes de processos de causalidade circular que originam efeitos cumulativos (de sentido positivo ou negativo) nas regiões (Armstrong e Taylor, 2000). Os princípios da causalidade cumulativa: procura, exportações, efeitos multiplicadores e externalidades. Este processo explica que a concentração de factores de produção em determinadas regiões (e a redução relativa em outras regiões) provoca um aumento das assimetrias regionais (Polèse, 1998). A espiral que retroalimenta esta tendência: crescimento de uma determinada actividade, implantação de empresas, criação de emprego, imigração (população jovem), aumento da oferta de trabalho, aumento da procura de bens e serviços, estímulo para as actividades de bens de consumo. O papel do investimento público em infra-estruturas e equipamentos, decorrente do aumento da receita fiscal e da procura social, e o reforço das externalidades. Os rendimentos crescentes para as empresas e o incremento da competitividade (Polèse, 1998). Surgimento de *backwash effects* (efeito de bloqueio) noutros espaços envolventes e eventual geração, a longo prazo ou através da intervenção pública, de *spread effects* (efeitos de propagação) a partir da região desenvolvida em benefício das regiões desfavorecidas (deslocalização de empresas, criação de emprego, imigração, aumento da procura,...).

Introdução à explicitação da causalidade circular com o modelo de Dixon-Thirlwall, cujo ponto central é o crescimento da produtividade, e discussão de algumas das suas limitações.

A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO, desenvolvida por Perroux em 1955 e implementada por Boudeville em 1968, assenta em argumentos análogos aos da teoria da causalidade cumulativa (concentração de investimento, aumento da procura, externalidades...). O crescimento económico não ocorre uniformemente no espaço devido ao aparecimento dos *effets de stoppage*, tardando a surgir os *effets d'entrainement*. A hipótese de intervir no desenvolvimento das regiões periféricas, privilegiando a concentração de investimentos, especialmente indústrias motrizes e

indústrias-chave, em pólos de crescimento, que deverão gerar, a longo prazo, efeitos positivos nos territórios envolventes. Estudo de alguns exemplos de aplicação (o caso de Sines). Limitações da teoria dos pólos de crescimento e da sua aplicabilidade.

Os contributos de Friedmann, em 1966 e 1972, para a formulação da TEORIA CENTRO-PERIFERIA e as preocupações com a estrutura hierarquizada dos espaços económicos. Crítica às teorias que preconizam as relações do tipo centro-periferia como ignição para o desenvolvimento de regiões periféricas (teoria dos pólos de crescimento), bem como às teorias neoclássicas e aos seus argumentos de convergência do crescimento económico em mercado livre. As relações imperfeitas e desiguais entre o centro e a periferia. A acção do Estado no agravamento das assimetrias (benefício das grandes empresas e investimento público em infra-estruturas e equipamentos no centro). O empoderamento e a formação de elites locais como forma de ultrapassar os bloqueios ao desenvolvimento na periferia (Aydalot, 1985; Simões Lopes, 1987).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp. 64-73 ; 90-107; 119-131).
- OBR Aydalot, P. (1985) - *Economie Régionale et Urbaine*. Paris, Économica (pp. 139-141).
- OBR Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona, Editorial Ariel (pp. 334-345).
- OBR Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 94-101; 289-297).
- REC Santos, D. (2002) - "O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 189-200.
- REC Silva, M. R. e Silva, S. (2002) - "O modelo neoclássico". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 159-174.
- COM Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR (pp. 163-191).
- COM Silva, M. R. e Silva, S. (2002) - "Convergência versus divergência". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 235-262.

2.2. Perspectivas teóricas recentes

O contributo recente da perspectiva neoclássica através da proposta teórica do crescimento endógeno, em que o progresso técnico é explicado pela via endógena. Necessário sublinhar que este contributo é distinto da TEORIA DO DESENVOLVIMENTO (LOCAL) ENDÓGENO, que se insere numa perspectiva territorialista e critica fortemente o paradigma funcionalista do desenvolvimento, que constituiu a base teórica das políticas regionais dos anos 1960 e 1970.

O paradigma do desenvolvimento de baixo para cima (*development from below* ou *bottom-up*) afirma-se a partir dos finais dos anos 1970 (Friedmann e Weaver, 1979; Stöhr, 1981), ao mesmo tempo que se desenvolvem os estudos de industrialização local (Vázquez Barquero, 1988). O território para além do espaço económico: a dimensão sócio-cultural e político-administrativa do desenvolvimento. Os conceitos de base: potencial de desenvolvimento endógeno e desenvolvimento autocentrado. Propostas de desenvolvimento (local) endógeno: centros rurais de crescimento (Johnson); ecodesenvolvimento (Sachs); desenvolvimento agropolitano (Friedmann e Douglass). Contributos para as iniciativas locais de desenvolvimento.

O contributo de KRUGMAN E A «NOVA GEOGRAFIA ECONÓMICA» (NGE) como um produto das novas teorias das trocas comerciais, incidindo nas economias de escala e na competição imperfeita em determinadas indústrias que tiram vantagens de mercados de grande dimensão (*home market effect*) (Armstrong e Taylor, 2000). A NGE e as explicações da aglomeração geográfica das actividades económicas (indústrias). As variantes do modelo: Krugman e a aglomeração e mobilidade do trabalho; Venables e a aglomeração e bens intermédios. As forças centrípetas e centrífugas da concentração industrial (Krugman, 1998). Principais problemas com os modelos da NGE (reduzido número de factores explicativos e existência de ambas as forças).

Forças centrípetas e centrífugas da concentração industrial

| <i>Forças Centrípetas</i> | <i>Forças Centrífugas</i> |
|--|---|
| Dimensão do mercado | Imobilidade dos factores de produção |
| Mercado de trabalho amplo | Renda fundiária |
| Economias externas puras (ex. troca de conhecimento tecnológico) | Deseconomias externas puras (ex. poluição e congestionamento) |

Fonte: Adaptado de Krugman (1998) e Armstrong e Taylor (2000, p. 137)

Os contributos da teoria da divisão espacial do trabalho para a explicação das dinâmicas de desenvolvimento desiguais das regiões, com relevo para o trabalho de Massey (1984). Crítica ao paradigma territorialista (ignora a influências forças estruturais / globais no processo de desenvolvimento). Crítica à teoria centro-periferia pela sua excessiva simplicidade e dualidade (não incorpora o papel das dinâmicas internas das regiões), mas admite-se a hierarquia do espaço económico. A especialização e o princípio da divisão espacial do trabalho na base do processo histórico (com rupturas e crises) de integração económica das regiões. A metáfora “geológica” do desenvolvimento (tal como a deposição de sedimentos se faz em diferentes eras geológicas, podendo dar origem a formas distintas, em consequência de combinações particulares de material, também a sociedade se desenvolve tendo por base especificidades económicas, sociais e políticas, como resultado da sua história) (Vale, 1999). Geography matters, no sentido em que os processos causais nem sempre geram efeitos semelhantes nas regiões (pós-estruturalismo) (Massey, 1984).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp. 135-138).
- OBR Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona, Editorial Ariel (pp. 345-350).
- OBR Vázquez Barquero, A. (1988) - *Desarrollo Local. Una Estrategia de Creación de Empleo*. Madrid, Pirámide (pp. 13-29).
- REC Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR (pp. 217-212).
- REC Santos, D. (2002) - "A perspectiva territorialista." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 218-228.
- REC Vázquez Barquero, A. (1998) - "O papel dos sistemas produtivos locais no desenvolvimento regional." J. Gaspar e M. Vale (Ed.) - *Desenvolvimento Industrial e Território*. Coimbra, CCR Centro (em colaboração com o CEG): 17-34.
- COM Ferrão, J. e Mendes Baptista, A. M. (1989) - "Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas." *Sociologia - Problemas e Práticas* (7): 43-64
- COM Massey, D. (1984) - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. London, Macmillan (pp. 67-124).

Desenvolvimento dos Conteúdos do Programa

- COM Pontes, J. e Salvador, R. (2002) - "A nova geografia económica". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 263-281.
- COM Reis, J. (1998) - "Os sistemas produtivos em Portugal: uma transição difícil." J. Gaspar e M. Vale (Ed.) - *Desenvolvimento Industrial e Território*. Coimbra, CCR Centro (em colaboração com o CEG): 35-58
- COM Stöhr, W. (1981) - "Development from below: the bottom-up and inward development paradigm." W. Stöhr e D. R. F. Taylor (Ed.) - *Development from Above or Below?* Chichester, Wiley: 39-72.

3. AVANÇOS NAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CARGA HORÁRIA: 10 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Introduzir os principais avanços teóricos para a explicação das causas do desenvolvimento;
- Reflectir e debater a complexidade das novas temáticas nas teorias de desenvolvimento territorial;
- Conhecer os contributos mais relevantes das teorias de inovação de base regional;
- Perceber as implicações da economia do conhecimento para o desenvolvimento regional;
- Aprender os principais argumentos de valorização das dimensões não económicas para o desenvolvimento territorial;
- Estimular o trabalho de investigação individual.

TÓPICOS A DESENVOLVER

- A concentração industrial e formas paradigmáticas de organização territorial: *clusters*, «distritos industriais» e «meios inovadores»;
- Economia do conhecimento e os sistemas regionais de inovação e a *learning region*;
- Capital social e desenvolvimento local – relevo da participação cívica no desenvolvimento territorial;
- Limitações destas abordagens inovadoras e problemas de aplicabilidade ao nível das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

NOTA - As sessões deste ponto do programa são na modalidade de discussão de texto e visam preparar os estudantes para a realização de um pequeno ensaio (ver capítulo sobre a avaliação).

3.1. Inovação, tecnologia e desenvolvimento regional

A tecnologia e a inovação nas suas múltiplas vertentes e implicações para o desenvolvimento territorial. A importância da criação de conhecimento e dos processos localizados de aprendizagem para a competitividade territorial (Antonelli e Ferrão, 2001). O regresso ao distrito marshalliano (Becattini, 1994) e evolução de paradigmas territoriais de inovação (Gama, 2002). A centralidade dos clusters para a competitividade territorial (Porter, 1990).

A comparação entre CLUSTERS, «DISTRITO INDUSTRIAL» e «MEIOS INOVADORES» segundo as dimensões:

- Génese
- Organização do sistema produtivo (PME e especialização sectorial)
- Relações inter-empresariais (redes)
- Relações empresas-instituições
- Características do mercado de trabalho
- Formas determinantes de conhecimento
- Ambiência social e cultural
- Perspectivas de desenvolvimento

BIBLIOGRAFIA (discussão dos textos na sala de aula)

clusters

- OBR Porter, M. (1998) - "Clusters and the new economics of competition." *Harvard Business Review* **Nov.-Dec.:** 77-90.
- OBR Porter, M. (2000) - "Locations, clusters, and company strategy." G. Clark et al (Ed.) - *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, Oxford University Press: 253-274.

«distritos industriais»

- OBR Amin, A. (2000) - "Industrial districts." E. Sheppard e T. J. Barnes (Ed.) - *A Companion to Economic Geography*. Oxford, Blackwell: 147-168.
- OBR Becattini, G. (1994) - "O distrito marshalliano." G. Benko e A. Lipietz (Ed.) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras, Celta Editora: 19-31.

«meios inovadores»

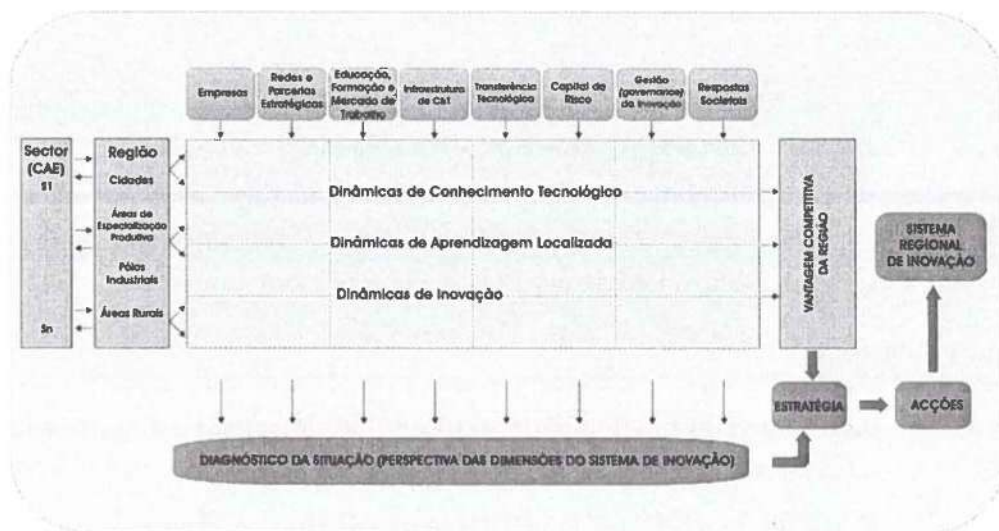
OBR Maillat, D. (1997) - "Milieux innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales." J. Ferrão (Ed.) - *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*. Lisboa, ICS: 13-30.

3.2. Economia do conhecimento e as regiões

O interesse recente no conhecimento e na aprendizagem como factores para o sucesso das regiões. As variedades de conhecimento e de aprendizagem (Hudson, 1999). A transposição do conceito de aprendizagem na empresa, como uma instituição para a produção de conhecimento, para a região: a *LEARNING REGION* (Florida, 1995; Morgan, 1997).

O conceito fundador “sistema nacional de inovação” (Lundvall, 1992) na base do conceito do SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO (Cooke, 1992) e as suas ligações à economia política evolucionária. As duas principais dimensões do sistema regional de inovação: a governância e a inovação empresarial. Conceito orientado para as políticas territoriais de inovação.

Metodologia de análise do sistema regional de inovação



Fonte: Adaptado de *EURODITE - Regional trajectories to the knowledge economy: a dynamic model* (2003) (polic.)

Principais críticas formais ao papel central do conhecimento e da aprendizagem localizada para o desenvolvimento, atendendo às questões metodológicas - a teoria conduzida pela política (Lovering, 1999) – e aos limites do conhecimento e da aprendizagem no processo de desenvolvimento regional (Hudson, 1999).

BIBLIOGRAFIA (discussão dos textos na sala de aula)

- OBR Florida, R. (1995) - "Toward the learning region." *Futures* 27 (5): 527-536.
- OBR Morgan, K. (1997) - "The learning region: institutions, innovation and regional renewal." *Regional Studies* 31 (5): 491-503.
- OBR Cooke, P. (1992) - "Regional Innovation Systems - Competitive Regulation in the New Europe." *Geoforum* 23 (3): 365-382.
- OBR Hudson, R. (1999) - "'The learning economy, the learning firm and the learning region': a sympathetic critique of the limits to learning." *European Urban and Regional Studies* 6 (1): 59-72.
- OBR Lovering, A. (1999) - "Theory led by policy: the inadequacies of the 'New Regionalism' (illustrated from the case of Wales)." *International Journal of Urban and Regional Research* 23 (2): 379-395

3.3. Capital social e desenvolvimento local

O interesse pelo papel do contexto institucional no desenvolvimento territorial. As noções de «espessura institucional» (Amin e Thrift, 1995), capital social (redes, normas, confiança e conhecimento tácito.) (Putnam, 1993) e de interdependências não mercantis (Storper, 1997) na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado (Moulaert, 2000; Bagnasco *et al.*, 2001). Segmentação do capital social em *bonding capital* e *bridging capital*. O exemplo do papel da participação cívica no desenvolvimento das regiões italianas (uma nova explicação para o sucesso da «Terceira Itália» e da marginalidade do Mezzogiorno) (Putnam, 1993). Críticas à generalização do papel do capital social no desenvolvimento das regiões italianas a outras regiões europeias.

BIBLIOGRAFIA (discussão dos textos na sala de aula)

- OBR Baerendholdt, J. e Aarsaether, N. (2002) - "Coping strategies, social capital and space." *European Urban and Regional Studies* 9 (2): 151-165.
- OBR Gordon, I. e McCann, P. (2000) - "Industrial clusters, complexes agglomeration and /or social networks?" *Urban Studies* 337 (3): 513-532.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (de apoio ao ensaio individual)

- Amin, A. e Thrift, N. (1992) - "Neo-Marshallian Nodes in Global Networks." *International Journal of Urban and Regional Research* 16 (4): 571-587.
- Amin, A. e Wilkinson, F. (1999) - "Learning, proximity and industrial performance: an introduction." *Cambridge Journal of Economics* 23 (2): 121-125.
- Antonelli, C. e Ferrão, J., Eds. (2001). *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica*. Lisboa, ICS.
- Braczyk, H.-J., Cooke, P. e Heidenreich, M., Eds. (1998). *Regional Innovation Systems*. London, UCL.
- Florida, R. (1996) - "Regional creative destruction: production organization, globalisation, and the economic transformation of the Midwest." *Economic Geography* 72 (3): 314-334.
- Fonseca, M. L., Gaspar, J. e Vale, M. (1996) - "Innovation, territory and industrial development in Portugal." *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia* xxxi (62): 29-44.
- Gama, R. (2002) - *Dinâmicas Industriais, Inovação e Território. Abordagem Geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal. Tese de Doutoramento em Geografia Humana*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Harrison, B., et al. (1996) - "Innovative firm behavior and local milieu: exploring the intersection of agglomeration, firm effects, and technological change." *Economic Geography* 72 (3): 233-258.
- Malmberg, A. (1997) - "Industrial geography: location and learning." *Progress in Human Geography* 21 (4): 573-582.
- Markusen, A. (1996) - "Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts." *Economic Geography* 72 (3): 293-313.
- Maskell, P. e Malmberg, A. (1999) - "The competitiveness of firms and regions: 'ubiquitification' and the importance of localized learning." *European Urban and Regional Studies* 6 (1): 9-25.

- Santos, D. (2002) - "Teorias de inovação de base territorial. Contributos teóricos." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 285-313.
- Steinle, C. e Schiele, H. (2002) - "When do industries cluster? A proposal on how to assess an industry's propensity to concentrate at a single region or nation." *Research Policy* **31**: 849-858.
- Storper, M. (1997) - *The Regional World. Territorial Development in a Global Economy*. London, Guilford Press.

4. FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CARGA HORÁRIA: 4 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os fundamentos das políticas de desenvolvimento regional;
- Diferenciar as políticas regionais das políticas de desenvolvimento regional;
- Aprender a relação entre a política regional e a política económica e social nacional;
- Entender as relações entre as políticas sectoriais com incidência territorial e o desenvolvimento das regiões;
- Discutir tipologias de políticas de desenvolvimento regional em relação às «falhas de mercado» e aos paradigmas de referência;
- Estimular o trabalho de investigação em grupo.

TÓPICOS A DESENVOLVER

- As assimetrias regionais de desenvolvimento como um problema que requer a intervenção pública;
- Articulação entre as causas das assimetrias regionais e as políticas de desenvolvimento regional;
- Diferenciação entre a política regional e as políticas de desenvolvimento regional;
- Articulação das políticas sectoriais com impacto territorial e o desenvolvimento regional;
- Tipologia de políticas de desenvolvimento regional.

NOTA – Na segunda sessão deste ponto do programa será iniciado um trabalho prático de grupo (ver capítulo sobre a avaliação).

4.1. Assimetrias de desenvolvimento e problemas de convergência regional

A persistência das assimetrias regionais num leque muito diversificado de variáveis como um problema do desenvolvimento do país e do bem-estar das populações. A justificação da intervenção regional e a sua relevância para o desenvolvimento sócio-económico do país, atendendo a que as disparidades podem comprometer objectivos de política nacional (ex. crescimento económico, criação de emprego, diminuição das desigualdades na distribuição da riqueza e bem-estar) (Armstrong e Taylor, 2000).

A intervenção pública em resposta a «falhas de mercado» (resultados do mercado aquém do óptimo social desejado). Discutir a questão: “Políticas regionais ou políticas de desenvolvimento regional?”, considerando que as primeiras são essencialmente de carácter redistributivo e tem por objectivo a equidade interregional, enquanto as segundas procuram resolver problemas das regiões com maiores dificuldades de desenvolvimento, frequentemente num quadro político de descentralização (Polèse, 1998). O contributo da política sectorial de incidência territorial e o desenvolvimento regional (agricultura, energia, indústria e turismo, transportes e comunicações, emprego e formação, educação e saúde, ambiente, etc.).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp. 203-209).
- OBR Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR (pp. 193-194).
- REC Figueiredo, A. (2002) - "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 477-513 (ler pp. 477-479).
- COM OECD (2001) - *Territorial Outlook*. Paris, OECD.

4.2. Tipologia de intervenção nas políticas de desenvolvimento regional

A intervenção pública (central, regional e local) no domínio das políticas de desenvolvimento regional como resposta a «falhas de mercado». Identificação dos principais tipos de intervenção, objectivos e relações com os paradigmas de referência do desenvolvimento regional (Figueiredo, 2002). A evolução temporal e a complementaridade dos tipos de políticas de desenvolvimento regional.

Tipologia de políticas de desenvolvimento regional

| Tipo de PODR | Objecto e natureza do papel supletivo em relação ao mercado | Paradigma-referência |
|---|--|---|
| Políticas de incentivos à mobilidade de factores, particularmente de capital e de organização | <ul style="list-style-type: none"> • Superar efeitos da segmentação de mercados • Remover obstáculos à livre circulação de factores | <ul style="list-style-type: none"> • Princípio do nivelamento tendencial dos mercados e da mobilidade reequilibradora dos factores em contexto de espaço homogéneo • A abundância/escassez relativas dos factores comandam a sua remuneração relativa e, conseqüentemente, a sua mobilidade |
| Políticas de promoção de bem estar material e imaterial de territórios | <ul style="list-style-type: none"> • Discriminação social positiva de territórios regulando e corrigindo insuficiências e lacunas de mercado em matéria de bem estar material e imaterial | <ul style="list-style-type: none"> • Estado-Providência ou Estado-Social para os territórios • A equidade como valor intrínseco do desenvolvimento regional |
| Políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno | <ul style="list-style-type: none"> • Remover círculos viciosos e bloqueios à mobilização e valorização de recursos • Viabilização de externalidades de procura | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentado e abordagens <i>bottom-up</i> • “Desenvolvimento endógeno” |
| Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial | <ul style="list-style-type: none"> • Intervir no ambiente externo competitivo das empresas | <ul style="list-style-type: none"> • Economias de aglomeração e conhecimento implícito • O meio (inovador) como activo económico intangível • Modelos de Crescimento endógeno e externalidades |
| Políticas de promoção da competitividade territorial | <ul style="list-style-type: none"> • Dotação de infra-estruturas produtivas • Atractividade e conectividade • Valorização das massas críticas de aglomeração urbana | <ul style="list-style-type: none"> • Modelo das vantagens competitivas ajustado ao território |
| Políticas de robustecimento da <i>espessura</i> institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar supletivamente capacidade de iniciativa | <ul style="list-style-type: none"> • Regiões aprendentes (<i>learning regions</i>) |

Fonte: Extraído de Figueiredo (2002, p. 481).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Figueiredo, A. (2002) - "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 477-513 (ler pp. 479-491).
- COM OECD (2001) - *Territorial Outlook*. Paris, OECD.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA REGIONAL

CARGA HORÁRIA: 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as principais opções e instrumentos tradicionais da política regional;
- Diferenciar as opções de política ao níveis macro, micro e de coordenação;
- Conhecer os instrumentos de política regional de relocalização do trabalho e do capital;
- Discutir as novas abordagens da política regional (PME e criação de emprego; tecnologia e inovação);
- Estimular o trabalho de investigação em grupo.

TÓPICOS A DESENVOLVER

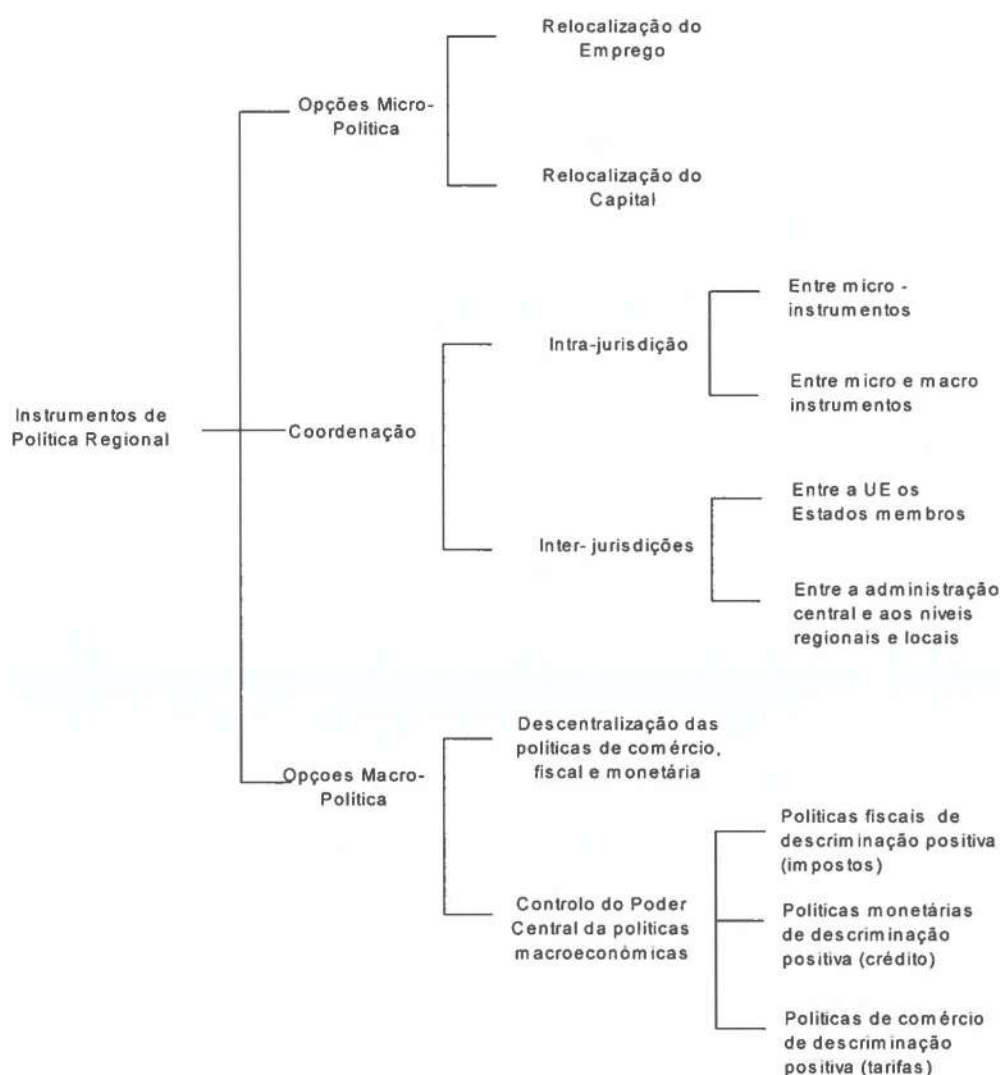
- As opções de política regional (macro, micro e de coordenação);
- Os instrumentos de micro política: relocalização do capital e do trabalho;
- As iniciativas locais de desenvolvimento económico e social;
- Novas orientações da política de desenvolvimento regional: PME, empreendedorismo e emprego e inovação tecnológica e o papel dos *clusters*;

NOTA – A quarta sessão deste ponto do programa será dedicada à orientação do trabalho prático de grupo (ver capítulo sobre a avaliação).

5.1. Opções de política: micro, macro e de coordenação

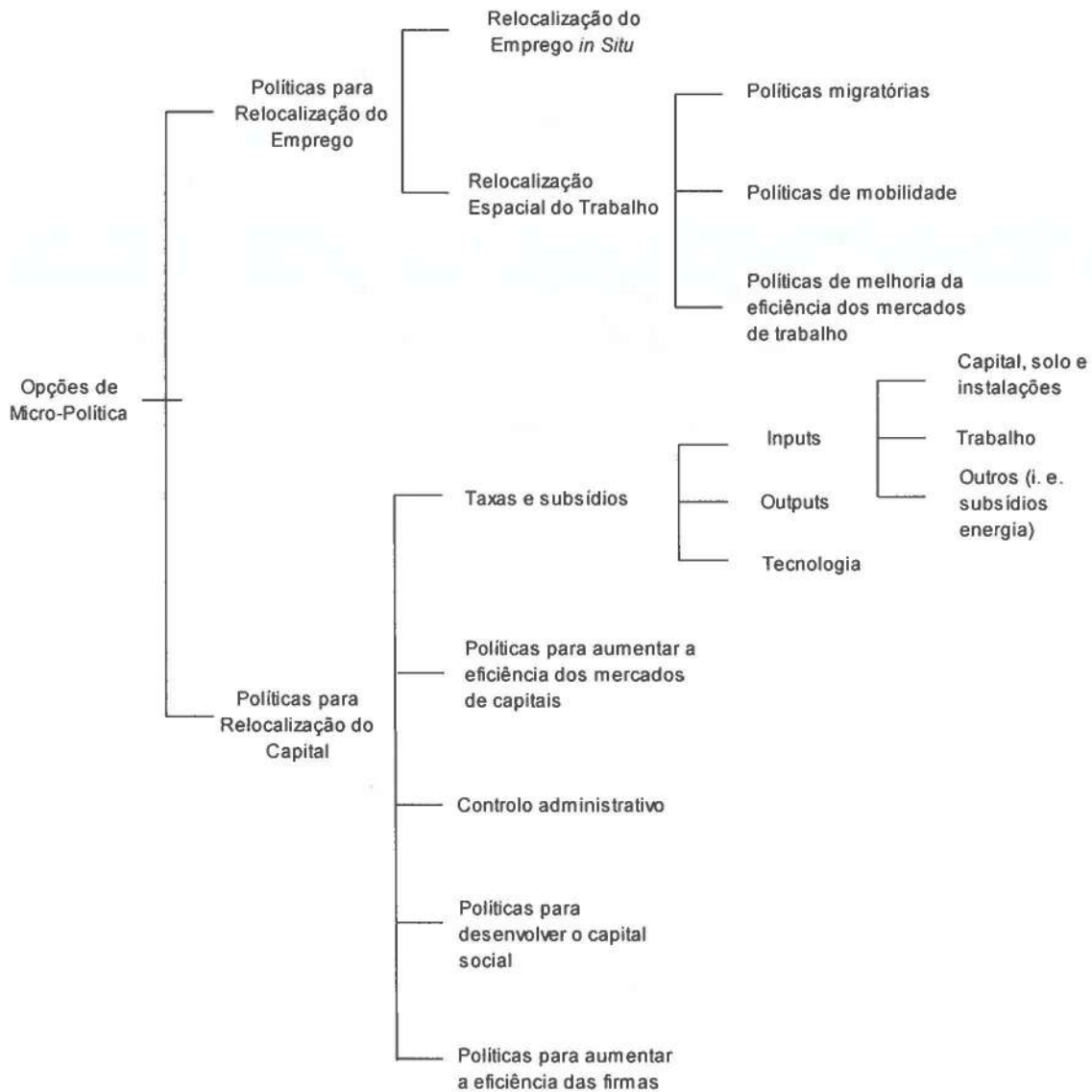
As políticas regionais tipicamente utilizadas pelos decisores políticos informadas pelos técnicos e académicos. A classificação das opções de política: micro, macro e de coordenação (Armstrong e Taylor, 2000). As condições económicas de utilização aconselhada de cada tipo de opção. Os instrumentos de micro-política e os objectivos de realocação de capital e trabalho entre indústrias e regiões. Os objectivos de mudança do rendimento e despesa agregadas da região na base dos macro-instrumentos. A relevância da coordenação das políticas governamentais para o desenvolvimento regional (as questões da articulação de políticas e de implementação eficiente).

Opções de política regional



Fonte: Adaptado de Armstrong e Taylor (2002, p. 233)

Opções de micro-política regional



Fonte: Adaptado de Armstrong e Taylor (2002, p. 235)

Tipologia dos instrumentos tradicionais de micro-política:

- Incentivos ao investimento (instalações, máquinas,...)
- Apoio a infra-estruturas do incubação de empresas inovadoras
- Redução do IRC
- Redução de taxas locais
- Crédito bonificado
- Subsídios ao transporte

- Subsídios à energia
- Subsídios ao trabalho (emprego)
- Subsídios à formação profissional
- Apoio às despesas relacionadas com a imigração

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp.232-239).
- REC Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR (pp.194-216).
- COM Wren, C. (1989) - "The revised regional development grant scheme: a case study in policies." *Regional Studies* 23 (2): 127-138

5.2. Iniciativas de desenvolvimento económico local

As iniciativas de desenvolvimento de locais marginais ou com desvantagens. O exemplo da iniciativa *Community Economic Development* na Grã-Bretanha. A influencia de três aspectos decisivos para a concepção destas iniciativas: os riscos de exclusão social de determinadas comunidades, especialmente nas grandes aglomerações urbanas (*inner-city crisis*); o relevo atribuído ao capital social nas teorias de desenvolvimento local e regional (*capacity building*); a eficiência limitada das políticas tradicionais para o desenvolvimento territorial (Armstrong e Taylor, 2000). A relevância do «Terceiro Sector» (empresas de organizações comunitárias, cooperativas e instituições sens fins lucrativos que actuam em benefício da comunidade, entre o sector público e privado) no processo de desenvolvimento de áreas críticas. As iniciativas locais: programas ou instrumentos para o desenvolvimento local?

O caso dos programas de desenvolvimento rural (Cavaco, 1999), da intervenção em áreas urbanas críticas (Barata Salgueiro, 1992; Gaspar *et al.*, 1998; Fonseca *et al.*, 2002) e das iniciativas locais de emprego (Henriques *et al.*, 1991) em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp.254-261).
- REC Cavaco, C., Ed. (1999). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPRU nº 50, CEG.
- REC Gaspar, J., Henriques, E. B.; Vale, M. (1998) - "Economic restructuring, social recomposition and recent urban changes in Portugal." *Geojournal* (46): 63-76
- COM Barata Salgueiro, T. (1992) - *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto, Afrontamento (pp.343-359).
- COM Fonseca, M. L., Malheiros, J.; Esteves, A.; Caldeira, M. J. (2002) - *Immigrants in Lisbon. Routes of Integration*. Lisboa, EPRU nº. 56, CEG.
- COM Henriques, J. M., Lopes, R.; Mendes Baptista, A. (1991) - *O Programa ILE em Portugal. Avaliação e Perspectivas*. Lisboa, IEFP/CIRIUS.

5.3. Novas orientações da política regional

A crítica à orientação da política regional devido à tendência para apoiar a localização de empresas em regiões com acesso às ajudas públicas, frequentemente estabelecimentos de empresas multinacionais com fraca capacidade de estabelecer relações com o tecido empresarial regional. A ausência de preocupações relacionadas com o estímulo à formação de novas empresas, a expansão de Pequenas e Médias Empresas (PME) e a inovação tecnológica (Armstrong e Taylor, 2000).

As preocupações de empreendedorismo na base das orientações de política para o estímulo às PME. A relevância económica e social das PME para as regiões menos favorecidas:

- Forte dinâmica de criação de emprego;
- O papel dos pequenos empresários na diversificação e flexibilização da base industrial local/regional;
- Ambiente de competitividade empresarial e cultura empresarial;
- Geração de dinâmicas de inovação;

- Melhoria das relações industriais.

Discussão do papel das PME's a partir da análise das diferenças regionais na criação/destruição de emprego (Bairrada e Madruga, 1994; Vale e Dias, 2002). Os factores determinantes da formação de empresas: dinâmica e estrutura etária da população; estrutura industrial; níveis de educação, estrutura ocupacional, desemprego, nível de desenvolvimento económico (Storey, 1994). Dilemas das PME e política regional: dimensão nacional ou regional de política de PME?; política orientada para a criação ou expansão das PME?; indústria ou serviços como alvo sectorial da política?; dispersar ou concentrar territorialmente o apoio às PME? (Armstrong e Taylor, 2000).

A centralidade do progresso tecnológico e as respostas de política de desenvolvimento regional: desenvolvimento do sistema de Ciência e Tecnologia; criação de parques de ciência e tecnologia; desenvolvimento das TIC; iniciativas de apoio às *start-ups* de base tecnológica; apoio aos centros tecnológicos; criação de agências de inovação para a transferência de tecnologia para o tecido empresarial; apoio às instituições financeiras de capital de risco (Malecki, 1991; Cooke e Morgan, 1998; Antonelli e Ferrão, 2001).

A promoção dos *clusters* e a territorialização das políticas de inovação em articulação com a política de desenvolvimento regional (Figueiredo, 2002). As variantes da aplicação do conceito e a associação às conceitos de sistema regional de inovação e das *learning regions* (Cowan e Wintjes, 2001). As iniciativas de promoção de *clusters* em Portugal e o grupo de trabalho do PROINOV e comparação com outras experiências internacionais (Castells e Hall, 1994; Chorincas *et al.*, 2001).

BIBLIOGRAFIA

- OBR Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição) (pp. 264-292).
- OBR Cowan, R. e Wintjes, R. (2001) - "Criação, funcionamento e exploração da mudança tecnológica localizada: exemplos de intervenção pública." C. Antonelli e J. Ferrão (Ed.) - *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica*. Lisboa, ICS: 181-216.

- REC Chorincas, J., *et al.* (2001) - "Clusters e políticas de inovação. Conceitos, experiências europeias e perspectivas de aplicação em Portugal." *Prospectiva e Planeamento* 7: 43-104.
- COM Asheim, B. (2000) - "Industrial districts. The contributions of Marshall and Beyond." G. Clark *et al.* (Ed.) - *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, Oxford University Press: 413-431.
- COM Castells, M. e Hall, P. (1994) - *Technopoles of the World*. London, Routledge (pp. 1-11).
- COM Ferrão, J., Ed. (1997). *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*. Lisboa, ICS.

6. A POLÍTICA REGIONAL NA UE E EM PORTUGAL

CARGA HORÁRIA: 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as principais opções e instrumentos da política regional na União Europeia;
- Compreender os mecanismos de *governância* entre os níveis europeu, nacional e regional;
- Conhecer as principais políticas para o desenvolvimento regional em Portugal desde os anos 1960;
- Discutir os desafios do desenvolvimento das regiões portuguesas no quadro das alterações da UE;
- Contactar com agentes responsáveis pela concepção, implementação ou monitorização de políticas de desenvolvimento territorial.

TÓPICOS A DESENVOLVER

- Objectivos, instrumentos e iniciativas comunitárias da UE;
- Assimetrias regionais em Portugal na perspectiva de integração na UE;
- A política de desenvolvimento regional em Portugal antes da adesão à UE;
- O papel das orientações de política regional europeia e dos Fundos Estruturais para o desenvolvimento das regiões portuguesas;
- Desafios para o desenvolvimento regional em Portugal: alargamento da UE, o debate da coesão *post-2006* e *governância* territorial.

NOTA – A segunda sessão deste ponto do programa será dedicada à orientação do trabalho prático de grupo (ver capítulo sobre a avaliação) e à análise de estudos sobre as assimetrias regionais em Portugal. A sessão seguinte contará com a presença de um convidado (académico, técnico ou político) para discutir a política regional em Portugal. Durante a última semana, agendar-se-á uma visita de estudo a uma instituição vocacionada para a implementação de políticas de desenvolvimento territorial.

6.1. Evolução da política regional europeia

As evolução das formas de integração na Europa, EFTA, CECA, Euratom, CEE e UE. O aprofundamento da integração europeia e as políticas comuns. O problema das regiões desfavorecidas e os objectivos de convergência económica regional. A evolução dos objectivos da política regional europeia e os objectivos actuais (2000-2006): promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões com atrasos de desenvolvimento (Objectivo 1); apoiar a reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais (Objectivo 2); apoiar a adaptação e a modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego para as regiões (Objectivo 3).

Os instrumentos financeiros europeus para a intervenção no desenvolvimento das regiões:

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por fim a coesão económica e social através da correcção dos desequilíbrios regionais e a participação na reconversão das regiões;

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - secção Garantia financia despesas da organização comum dos mercados agrícolas, as acções de desenvolvimento rural que acompanham o apoio dos mercados e as medidas rurais fora das regiões do objectivo 1.; secção Orientação financia outras despesas de desenvolvimento rural (as que não são financiadas pelo FEOGA-Garantia);

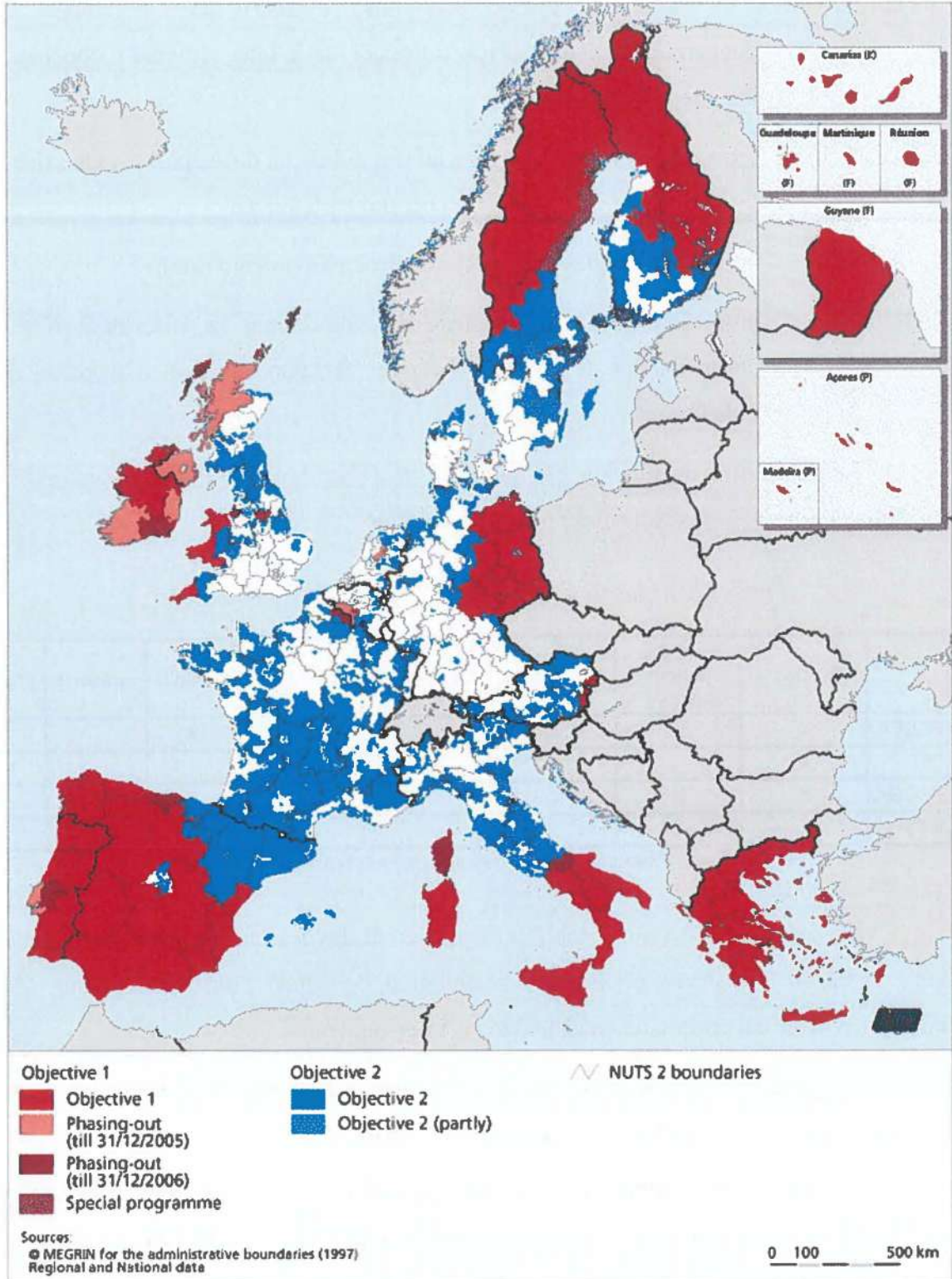
FSE - Fundo Social Europeu tem por objectivo apoiar a estratégia europeia para o emprego e garantir a coerência e a complementaridade das acções empreendidas para a melhoria do funcionamento do mercado de trabalho e o desenvolvimento dos recursos humanos;

IFOP - Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca visa sobretudo contribuir para o equilíbrio sustentável entre os recursos haliêuticos e a sua exploração, valorizar os produtos da pesca e da aquicultura e revitalizar as zonas dependentes desses sectores;

Fundo do Coesão - Fundo complementar aos outros instrumentos comunitários de desenvolvimento no domínio do ambiente e das infra-estruturas de transportes de interesse comum, a fim de promover a coesão económica e

social e a solidariedade entre os Estados-Membros, beneficiando os países menos desenvolvidos;

Regiões Elegíveis para o Objectivo 1 e 2 (2000-2006)



Fonte: Extraído www.europa.eu.int/comm/regional_policy/objective2/map_en.htm

Os instrumentos financeiros europeus de pré-adesão: ISPA - Instrumento Estrutural de Pré-Adesão e SAPPARD - Instrumento Agrícola de Pré-Adesão.

As iniciativas comunitárias da UE no período 2000-2006 :

INTERREG III C – reforço da coesão económica e social na UE através da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional (cooperação inter-regional);

URBAN II - regeneração económica e social das cidades e dos subúrbios em crise a favor de um desenvolvimento urbano sustentável;

LEADER + - apoio a estratégias inovadoras de desenvolvimento rural;

EQUAL - promoção de novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado de trabalho.

Relação entre os Fundos Estruturais e os Objectivos de Política Regional e Inicaitvas Comunitárias indicadas no quadro seguinte.

Fundos Estruturais e Objectivos e Iniciativas Comunitárias

| | Objectivo 1 | Fora das regiões Objectivo 1 | Objectivo 2 | Objectivo 3 | Interreg III | Urban II | Leader + | Equal |
|-------|-------------|------------------------------|-------------|-------------|--------------|----------|----------|-------|
| FEDER | X | | X | | X | X | | |
| FSE | X | | X | X | | | | X |
| FEOGA | X | X | | | | | X | |
| IFOP | X | X | | | | | | |

Fonte: Extraído www.europa.eu.int/comm/regional_policy

Acções inovadoras e o incentivo às regiões desfavorecidas para o investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico, visando um incremento da competitividade e a criação de redes temáticas inter-regionais.

As abordagens temáticas da política regional: o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) e as regiões ultraperiféricas.

As relações da política regional europeia com outros domínios prioritários comunitários: desenvolvimento sustentável e redes transeuropeias (transportes, energia e telecomunicações).

BIBLIOGRAFIA

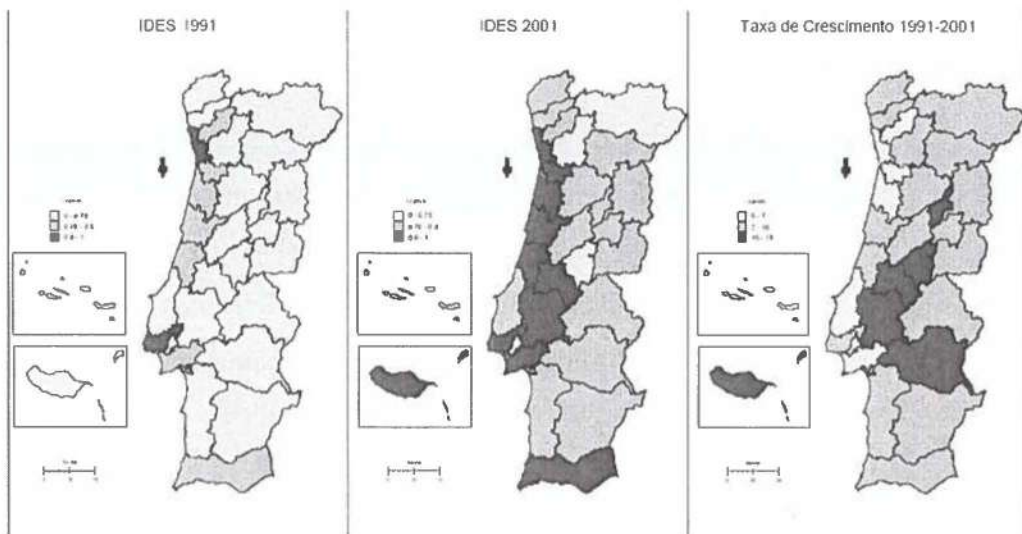
- OBR consulta de documentos disponíveis nos *sites* da UE indicados no programa, bibliografia e fontes de informação.
- REC Williams, A. (1991) - *A Comunidade Europeia. As Contradições do Processo de Integração*. Oeiras, Celta Editora.

6.2. Assimetrias regionais em Portugal na perspectiva da política regional europeia

Temas em debate em sessão de discussão promovida pelos estudantes:

- Análise das assimetrias regionais em Portugal e a sua evolução após a adesão à UE;
- Avaliação dos impactos dos Fundos Estruturais em relação ao objectivo de convergência das regiões portuguesas com os níveis médios de riqueza, em termos relativos, com a UE;
- Os casos da Península de Setúbal e a estratégia de reestruturação económica e de Lisboa e Vale do Tejo e o *phasing-out* da elegibilidade para o Objectivo 1;
- Estudo das assimetrias intra-regionais, nas dimensões litoral-interior e urbano-rural, e a sua relação com a alocação dos Fundos Estruturais.

Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES), 1991-2001



Fonte: Extraído de DPP (1999)

BIBLIOGRAFIA

- OBR CCE (2004) - *Third Report on Economic and Social Cohesion*. Brussels.
- OBR Pesquisa dos estudantes sobre o tema, incluindo obrigatoriamente a recolha de documentos pertinentes de *sites* de organizações/instituições indicados no programa, bibliografia e fontes de informação (Cf. Cap. 3).
- REC Gaspar, J. (1987) - *A Ocupação e a Organização do Território. Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*. Lisboa, F. C. Gulbenkian (pp. 103-122).
- COM CEDRU (1987) - *Península de Setúbal. Operação Integrada de Desenvolvimento. Estudo Preparatório*. Lisboa, MPAT.
- COM Gaspar, J. (1993) - *As Regiões Portuguesas*. Lisboa, MPAT.
- COM Lopes, R. (2001) - *Competitividade, Inovação e Territórios*. Oeiras, Celta Editora (pp. 187-215).

6.3. A política regional em Portugal

Os ciclos da política de desenvolvimento regional em Portugal e os momentos marcantes de evolução.

A ausência de preocupações com as assimetrias regionais quase até aos finais da década de 1960. A política regional assente na figura dos pólos de crescimento definida no III Plano de Fomento (1968-1973). A ruptura da Revolução de 1974 e a implementação da democracia em paralelo com a emergência do poder local. O debate público sobre a regionalização no início da década de 1980 e a preparação para a adesão à CEE (Jacinto, 1993).

A profunda transformação das políticas, instrumentos e instituições vocacionados para o desenvolvimento regional em Portugal após a integração comunitária. Os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) na base de uma nova lógica de pensar e agir no sentido do desenvolvimento regional. A evolução dos Programas Operacionais Regionais e os problemas de articulação com os Programas Operacionais sectoriais (Figueiredo, 2002).

Síntese dos marcos da política de desenvolvimento regional em Portugal

| Datas | Factos | Enquadramento e principais iniciativas |
|-------|--|---|
| | I Plano de Fomento (1953-1958) II Plano de Fomento (1959-1964) Plano Intercalar de Fomento | Não existiu qualquer abordagem regional |
| 1968 | III Plano de Fomento | Criação de Regiões-Plano (sem enquadramento administrativo) e das Comissões de Planeamento Regional Estratégia de desenvolvimento regional concebida, fundamentalmente, em pólos de desenvolvimento e na rede urbana |
| | IV Plano de Fomento (1974-1979) | Não implementado |
| 1974 | Revolução de Abril Primeiras eleições democráticas | Proposta de institucionalização de um nível administrativo geral com a criação de Regiões Administrativas e Regiões-Plano (ainda não implementadas) Emergência do Poder Local |
| 1977 | Plano a Médio Prazo 77-88 | Rejeitado pelo Parlamento Criação da Comissão Técnica Interministerial para o Planeamento e da Comissão Nacional do Plano |
| 1982 | Debate público sobre a Regionalização | Lei das Finanças Locais (1979) Secretariado Técnico para a Regionalização |
| 1983 | Preparação da adesão à CEE | Criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional Criação de um Sistema de Incentivos ao Investimento Industrial (SIII) |
| 1985 | I Plano de Desenvolvimento Regional | Documento base da Política de Desenvolvimento Regional (1984) |
| 1986 | Adesão à CEE | Criação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1986) Projectos apoiados pelo FEDER aprovados em Bruxelas |
| 1988 | II Plano de Desenvolvimento Regional Reforma dos Fundos Estruturais | Programa de Desenvolvimento Regional Diferenciado (PRODESREDI, 1987) |
| 1989 | I Quadro Comunitário de Apoio para Portugal (1989-1993) | Programas Operacionais Regionais: - maiores recursos financeiros - maior âmbito e domínios de intervenção - maior participação dos agentes |
| 1993 | III Plano de Desenvolvimento Regional | |
| 1994 | II Quadro Comunitário de Apoio para Portugal (1994-1999) | Reforço do envelope financeiro em resultado da política de coesão (Fundo de Coesão) |
| 1999 | Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) | |
| 2000 | III Quadro Comunitário de Apoio para Portugal (2000-2006) | Reforço da dotação orçamental e dos domínios de intervenção dos Programas Operacionais Regionais Pacto de Estabilidade e Crescimento Zona Euro Alargamento da UE |

Fonte: Extraído de Jacinto (1993, p. 33) com actualização própria.

Os desafios para a política de desenvolvimento regional em Portugal decorrentes do alargamento da UE, especialmente pelo aumento do número de regiões desfavorecidas e limitações do orçamento comunitário. Problemas para as regiões portuguesas mais atrasadas, cujo processo de convergência pode estancar devido a restrições dos Fundos Estruturais para Portugal. O debate da coesão post-2006 e dos novos objectivos da política regional para o próximo período de programação.

A governância do desenvolvimento regional e a diversidade de níveis de autonomia regional na Europa (Keating, 1998):

- Estados centralizados (Finlândia, Grécia, Irlanda,...);
- Estados com algumas regiões autónomas (França, Portugal e Reino Unido);
- Estados Regionais (Espanha e Itália);
- Estados Federais (Alemanha, Áustria e Bélgica).

O caso da «devolução» de poderes na Escócia e o debate público sobre a mesma questão na Região Nordeste do Reino Unido na perspectiva do desenvolvimento e da correcção de assimetrias.

Tópicos para reflexão relativos à avaliação dos Fundos Estruturais nas regiões europeias e, em particular, nas menos favorecidas (Rodríguez-Pose, 2002; Rodríguez-Pose e Fratesi, 2004):

- O objectivo da coesão económica e social ainda está muito longe de ser atingido;
- As ajudas financeiras às regiões atrasadas não permitiram senão a um pequeno número um aumento do PIB *per capita* acima dos 75% da média da UE;
- Entre outros factores, a própria estrutura desequilibrada das estratégias de desenvolvimento regional financiadas pela UE;
- A futura revisão das ajudas da UE ao desenvolvimento das regiões deve ser revista.

BIBLIOGRAFIA

- OBR Figueiredo, A. (2002) - "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 477-513 (1er pp. 493-513).
- OBR Jacinto, R. (1993) - "As regiões portuguesas, a política regional e a reestruturação do território." *Cadernos de Geografia* (12): 25-39
- REC Madureira Pires, L. (1998) - *A Política Regional Europeia e Portugal*. Lisboa, F. C. Gulbenkian.
- REC Consultar documentos PDRs e QCAs indicados no programa, bibliografia e fontes de informação (Cf. Cap. 3).
- COM Amin, A. e Tomaney, J., Eds. (1995). *Behind the Myth of European Union*. London, Routledge.
- COM Keating, M. (1998) - *The New Regionalism in Western Europe*. Cheltenham, Elgar.
- COM Rodríguez-Pose, A. (2002) - *The European Union. Economy, Society and Polity*. Oxford, Oxford University Press.

PLANIFICAÇÃO DAS AULAS

A disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional decorre durante o 2º semestre do 2º ano do curso de Licenciatura em Geografia, variante de Planeamento e Gestão do Território, podendo funcionar como opção para alunos de outras variantes do mesmo curso e de cursos ministrados por outros Departamentos da Faculdade de Letras.

Como não se encontra exactamente definida a duração do semestre, considerou-se, para efeitos de planificação das aulas, um período de ensino de 12 semanas, correspondente a 24 sessões de 2 horas. As aulas são na modalidade teórico-prática. Deste total, estão previstas 14 sessões de carácter essencialmente teórico, número que parece razoável, atendendo a que se trata de uma disciplina em que esta vertente é dominante. Estas são essencialmente expositivas, seguindo um guião previamente elaborado, de acordo com o exposto no desenvolvimento do programa, embora se admita alguma flexibilidade, que é sempre conveniente na actividade de aprendizagem. As outras aulas visam a discussão de matérias, a realização de exercícios de análise e interpretação de evolução e de caracterização do desempenho das regiões e, finalmente, o apoio aos trabalhos de avaliação (ensaio individual trabalho de grupo). Este tipo de sessões permite uma maior interacção docente-estudante e segue um guião semi-estruturado, que poderá ser adaptado em face da resposta dos alunos ao trabalho solicitado.

Prevê-se ainda a realização de uma visita de estudo a uma instituição / organização responsável pela concepção, implementação ou monitorização de medidas de política e acções de desenvolvimento regional, que tem como objectivos aproximar os estudantes da prática quotidiana dos políticos e técnicos do desenvolvimento regional e entender a relação complexa entre as teorias, as políticas, a implementação e a avaliação dos programas de desenvolvimento regional. O contacto com o “mundo real” poderá ser feito de uma forma inversa, convidando, para o efeito, especialistas para participarem numa sessão na sala de aula. Os estudantes serão encorajados a participar em encontros científicos e técnicos sobre o desenvolvimento regional.

Planificação das aulas por conteúdos programáticos (cont.)

| | AULAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA REGIONAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.1. Opções de política: micro, macro e de coordenação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.2. Iniciativas de desenvolvimento económico local | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.3. Novas orientações da política regional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. A POLÍTICA REGIONAL NA UE E EM PORTUGAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.1. Evolução da política regional europeia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.2. Assimetrias regionais em Portugal na perspectiva da política regional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.3. A política regional em Portugal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

● – aulas do cariz essencialmente prático (discussão de textos, realização de pequenos exercícios, apoio ao trabalho prático)

Procurou-se na planificação das aulas obter uma repartição semelhante entre os pontos do programa relativos às teorias e às políticas de desenvolvimento regional (10 sessões, respectivamente). As 4 primeiras sessões têm um carácter introdutório e versam temas gerais (a ciência regional, o desenvolvimento, a região e as assimetrias regionais).

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional segue as orientações do Regulamento Geral de Avaliação (RGA) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Consequentemente, recorre-se a formas diversificadas de avaliação (provas escritas presenciais e não presenciais), procurando reduzir a sua contingência e mesmo subjectividade e valoriza-se a assiduidade e, principalmente, a participação na aula, sobretudo nas sessões de discussão de textos. Ainda de acordo com o RGA procurar-se-á garantir a transparência do processo de avaliação, definindo os elementos de avaliação e os seus factores de ponderação para a classificação final na primeira sessão, em concordância com os estudantes, bem como lhes será fornecida informação periódica sobre o seu desempenho.

A proposta de avaliação contempla os seguintes elementos:

- Teste teórico individual (prova presencial), com um peso de 50% para a nota final, que deverá ter a classificação mínima de 8,5 valores (na eventualidade da nota ser inferior aquele valor e se a média final for maior ou igual a 9,5 valores, será realizada uma prova oral de avaliação global dos conhecimentos);
- Ensaio individual (prova não presencial) com o limite de 2000 palavras, excluindo quadros, gráficos, mapas e bibliografia, sobre o ponto relativo aos “Avanços nas Teorias de Desenvolvimento Territorial”, cuja classificação contribuirá para 25% da média final. O ensaio deve demonstrar a capacidade dos estudantes na discussão da bibliografia teórica relativa ao tema escolhido e, se apropriado, incluir evidências empíricas;
- Trabalho de grupo (prova não presencial) realizado por 3 a 5 estudantes, com um peso de 25%, sobre um conjunto de temas da política regional indicados pelo docente. Como exemplo, indicam-se alguns temas exequíveis:

“Estratégias de desenvolvimento em regiões da UE e de outros espaços económicos”; “Tendências recentes das políticas regionais europeias”; “O novo «regionalismo» na Europa”; “As regiões elegíveis para o Objectivo 1 e o alargamento da UE”, “A cooperação transfronteiriça na UE”; “Casos de sucesso da política regional europeia”; “Evolução da concepção e dos instrumentos de política de desenvolvimento regional em Portugal”; “As orientações de política para a correcção das assimetrias regionais em Portugal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, J., *et al.* (1998) - *Rethinking the Region*. London, Routledge.
- Amin, A. e Thrift, N. (1995) - "Institutional Issues for the European Regions - from Markets and Plans to Socioeconomics and Powers of Association." *Economy and Society* 24 (1): 41-66.
- André, I. (2002) - *Programa de Metodologia e de Investigação em Geografia Humana*. Lisboa, Universidade de Lisboa: 68 p. (polic.).
- Antonelli, C. e Ferrão, J., Eds. (2001). *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica*. Lisboa, ICS.
- Armstrong, H. e Taylor, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*. Oxford, Blackwell (3ª edição).
- Aydalot, P. (1985) - *Economie Régionale et Urbaine*. Paris, Économica.
- Bagnasco, A., *et al.* (2001) - *Il Capital Social. Istruzioni per l'Uso*. Bologna, il Mulino.
- Bailly, A. (1995) - "Penser la science régionale." *Revue d'Économie Régional et Urbaine* (4): 737-741.
- Bairrada, M. e Madruga, P. (1994) - *Demografia das Empresas em Portugal. Criação, Encerramento e Sobrevivência de Empresas*. Lisboa, DEMESS/MESS.
- Barata Salgueiro, T. (1992) - *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto, Afrontamento.
- Becattini, G. (1994) - "O distrito marshalliano." G. Benko e A. Lipietz (Ed.) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras, Celta Editora: 19-31.
- Benko, G. (1999) - *A Ciência Regional*. Oeiras, Celta Editora.
- Benko, G. e Lipietz, A., Eds. (1994). *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras, Celta Editora.
- Capel, H. (1981) - *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Una Introducción a la Geografía*. Barcelona, Barcanova.
- Castells, M. e Hall, P. (1994) - *Technopoles of the World*. London, Routledge.
- Cavaco, C., Ed. (1999). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPRU nº 50, CEG.
- CCE (2004) - *Third Report on Economic and Social Cohesion*. Brussels.
- Chorincas, J., *et al.* (2001) - "Clusters e políticas de inovação. Conceitos, experiências europeias e perspectivas de aplicação em Portugal." *Prospectiva e Planeamento* 7: 43-104.
- Claval, P. (1978) - *A Nova Geografia*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Cooke, P. (1992) - "Regional Innovation Systems - Competitive Regulation in the New Europe." *Geoforum* 23 (3): 365-382.
- Cooke, P. e Morgan, K. (1998) - *The Associational Economy. Firms, Regions, and Innovation*. Oxford, Oxford University Press.

Referências Bibliográficas

- Cowan, R. e Wintjes, R. (2001) - "Criação, funcionamento e exploração da mudança tecnológica localizada: exemplos de intervenção pública." C. Antonelli e J. Ferrão (Ed.) - *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica*. Lisboa, ICS: 181-216.
- Dunford, M. (1996) - "Disparities in employment, productivity and output in the EU: The roles of labour market governance and welfare regimes." *Regional Studies* 30 (4): 339-357.
- Figueiredo, A. (2002) - "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional." J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 477-513.
- Florida, R. (1995) - "Toward the learning region." *Futures* 27 (5): 527-536.
- Fonseca, M. L., et al. (2002) - *Immigrantes in Lisbon. Routes of Integration*. Lisboa, EPRU nº. 56, CEG.
- Friedmann, J. e Weaver, C. (1979) - *Territory and Function*. London, Edward Arnold.
- Gama, R. (2002) - *Dinâmicas Industriais, Inovação e Território. Abordagem Geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal. Tese de Doutoramento em Geografia Humana*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Gaspar, J. (1981) - *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa (2ª edição).
- Gaspar, J., et al. (1998) - "Economic restructuring, social recomposition and recent urban changes in Portugal." *Geojournal* (46): 63-76.
- Henriques, J. M., et al. (1991) - *O Programa ILE em Portugal. Avaliação e Perspectivas*. Lisboa, IEFP/CIRIUS.
- Hudson, R. (1999) - "'The learning economy, the learning firm and the learning region': a sympathetic critique of the limits to learning." *European Urban and Regional Studies* 6 (1): 59-72.
- Jacinto, R. (1993) - "As regiões portuguesas, a política regional e a reestruturação do território." *Cadernos de Geografia* (12): 25-39.
- Keating, M. (1998) - *The New Regionalism in Western Europe*. Cheltenham, Elgar.
- Krugman, P. (1998) - "What's new about the new economic geography?" *Oxford Review of Economic Policy* (14): 7-17.
- Lajugie, J. (1995) - "Crise de la science régionale?" *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* (2): 374-378.
- Lovering, A. (1999) - "Theory led by policy: the inadequacies of the 'New Regionalism' (illustrated from the case of Wales)." *International Journal of Urban and Regional Research* 23 (2): 379-395.
- Lundvall, B. A., Ed. (1992). *National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning*. London, Pinter.
- Malecki, E. J. (1991) - *Technology and Economic Development*. Harlow, Longman.
- Massey, D. (1984) - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. London, Macmillan.
- Méndez, R. (1997) - *Geografía Económica. La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona, Editorial Ariel.
- Morgan, K. (1997) - "The learning region: institutions, innovation and regional renewal." *Regional Studies* 31 (5): 491-503.
- Moulaert, F. (2000) - *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*. Oxford, Oxford University Press.
- Perroux, F. (1987) - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa, F. C. Gulbenkian.

Referências Bibliográficas

- Polèse, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*. Coimbra, APDR.
- Porter, M. (1990) - *The Competitive Advantage of Nations*. London, Macmillan.
- Putnam, R. (1993) - *Making Democracy Work*. New Jersey, Princeton University Press.
- Rodríguez-Pose, A. (2002) - *The European Union. Economy, Society and Polity*. Oxford, Oxford University Press.
- Rodríguez-Pose, A. e Fratesi, U. (2004). *Between development and social policies: An analysis of the impact of Structural Funds on Objective 1 Regions*. Research Strategy and Methodology for Regional Development and Governance in an Enlarged Europe., CURDS, Newcastle.
- Scott, A. J. (1998) - *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*. Oxford, Oxford University Press.
- Simões Lopes, A. (1987) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa, F. C. Gulbenkian.
- Simões Lopes, A. (2002) - "O espaço económico". J. S. Costa (Ed.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR: 35-59.
- Stöhr, W. (1981) - "Development from below: the bottom-up and inward development paradigm." W. Stöhr e D. R. F. Taylor (Ed.) - *Development from Above or Below?* Chichester, Wiley: 39-72.
- Storey, D. J. (1994) - *Understanding the Small Business Sector*. London, Routledge.
- Storper, M. (1997) - *The Regional World. Territorial Development in a Global Economy*. New York, Guilford Press.
- Storper, M. e Scott, A. J. (1995) - "The Wealth of Regions - Market Forces and Policy Imperatives in Local and Global Context." *Futures* 27 (5): 505-526.
- Vale, M. (1999) - *Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização. Imbricação Espacial do Sistema Autoeuropa. Tese de Doutoramento em Geografia Humana*. Lisboa, Universidade de Lisboa: 486 p.
- Vale, M. (2000) - "How successful is Lisbon and Tagus Valley former peripheral European region?" *Apontamentos de Geografia Série Investigação* (10): 14 p.
- Vale, M. e Dias, R. (2002) - "Desinvestimento industrial e as regiões portuguesas. Reflexos da mudança no espaço económico internacional." *Finisterra* XXXVII (74): 73-100.
- Vázquez Barquero, A. (1988) - *Desarrollo Local. Una Estrategia de Creación de Empleo*. Madrid, Pirámide.
- Veltz, P. (1996) - *Mondialisation, Villes et Territoires. L'Economie d'Archipel*. Paris, PUF.
- WCED (1987) - *Our Common Future*. Oxford, Oxford University Press.